

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICIPIO**



**RELATÓRIO DA AUDITORIA  
GERAL SOBRE AS CONTAS  
CONSOLIDADAS DO  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE  
CANTAGALO - RJ  
EXERCÍCIO DE  
2018**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

TCE-RJ  
Fls. 1581  
No. Processo: 206503-1/2019

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO – 2018

Joaquim Augusto Carvalho de Paula  
Prefeito

Valdevino Moura Zanon  
Vice-Prefeito

Marilda Guimarães Lima  
Controladora-Geral do Município



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

TCE-RJ  
Fls. 1582  
No. Processo: 206503-1/2019

MARILDA GUIMARÃES LIMA  
Controladora Geral do Município

JANAINA GONÇALVES BARBOSA ZANIBONI  
Auditor Técnico

ROAN LUTTERBACK SAUERBRONN  
Assessor

**ELABORAÇÃO**  
Marilda Guimarães Lima

**Informações:**  
Tel: (22) 2555-4204  
Fax: (22) 2555-4887  
Correio Eletrônico:  
[controleinterno@cantagalo.rj.gov.br](mailto:controleinterno@cantagalo.rj.gov.br)

Praça Miguel de Carvalho, n.º 65 - Centro  
Cantagalo – RJ - CEP: 28500-00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

## **APRESENTAÇÃO**

A Controladoria-Geral do Município (CGM), Órgão Central de Controle Interno, conforme disposição contida na Lei Municipal nº 403 de 09 de dezembro de 1999, revogada pela Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011 que criou a Controladoria-Geral do Município, apresenta o Relatório da Auditoria Geral do Estado Sobre as Contas Consolidadas do Governo do Município de Cantagalo.

Este relatório constitui peça obrigatória a integrar a Prestação de Contas Anual do Chefe do Poder Executivo do Município, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta Prestação de Contas será apresentada pelo Excelentíssimo Prefeito ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro TCE-RJ.

Como é sabido, o Município enfrentou uma crise financeira em decorrência da recessão que assolou país e alguns Estados, inclusive o Rio de Janeiro, impactando negativamente na sua gestão financeira, patrimonial, orçamentária, entre outras, com reflexos em todos os seguimentos em que atua na execução de políticas públicas.

Neste contexto, no exercício de 2018 houve uma reação positiva na arrecadação e um trabalho de controle nas despesas crescentes que foram diretamente submetidas a um desafio de redesenho fiscal, produzindo efeitos necessários para a acomodação das obrigações, que no caso das contas em apreço impactaram positivamente no limite de gastos com pessoal, além de repercutir nos recursos para a manutenção operacional dos órgãos e entidades, contribuindo inclusive com os trabalhos de auditorias desenvolvidos pela Controladoria-Geral do Município de Cantagalo.

Embora o atual ambiente econômico tenha mostrado uma melhora, converge ainda para um esforço de todo o Município em prosseguir na busca de caminhos de reestruturação organizacional, de equilíbrio e solidez fiscal que venham a atender e honrar as necessidades da população cantagalense.

De todo modo, a Controladoria-Geral do Município se manteve empenhada em executar o seu papel institucional, ciente que muito ainda temos que avançar no fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Município, pois acreditamos que assim contribuiremos ainda mais para o Governo do Município.

O Relatório da Controladoria Geral sobre as Contas Consolidadas tem que ser um instrumento que auxilie na transparência dos gastos governamentais, com o objetivo de evidenciar os resultados alcançados na execução orçamentária.

Ressalto, também, que este trabalho será divulgado pela internet, no sítio da Prefeitura. Isso contribuirá, ainda mais, para a transparência das políticas implementadas, disponibilizando as informações sobre a aplicação dos recursos públicos Municipais para a sociedade.

**MARILDA GUIMARÃES LIMA**  
Controladora-Geral do Município



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL NO EXERCÍCIO DE 2018

### 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CGM vem, mais uma vez, em cumprimento Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011, emitir opinião acerca das contas consolidadas do Governo do Município de Cantagalo.

A nossa opinião está embasada no acompanhamento que realizamos ao longo do ano a partir da análise mensal dos documentos que nos são enviados por diversos órgãos e entidades do Município.

Os capítulos deste relatório mostrarão os resultados do trabalho que realizamos. Antes, neste capítulo, relataremos, de forma resumida, as nossas principais atividades desenvolvidas e os resultados decorrentes, além de um breve comentário sobre a auditoria operacional realizada pelo TCE-RJ nesta CGM.

### 1.2 RECURSOS HUMANOS DA CGM

A CGM, no exercício de 2018, contou com a força de trabalho de 03 colaboradores, dos quais 02 são servidores aprovados e nomeados por meio de concurso público e 01 é comissionado, conforme quadro abaixo:

#### Quantitativo de Pessoal da CGM

CARGOS		LOTAÇÃO			
		2015	2016	2017	2018
EFETIVOS	Controladora Geral	1	1	1	1
	Auditor Técnico	1	1	1	1
COMISSÃO	Assessor	1	1	1	1
Total		3	3	3	3

### 1.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Por força da Lei Municipal nº 1034 de 08 de abril de 2011, cabe a CGM, como órgão integrante do Sistema de Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro, o exame de prestações e tomadas de contas de gestores dos Fundos e Autarquia responsáveis por bens, numerários ou valores do Município.

No exercício de 2018, o quantitativo de processos analisados e demais atividades se encontra demonstrado no Quadro acima, em termos absolutos e na série histórica 2015-2018.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Atividades realizadas na série histórica 2015-2018

Modalidades	2015	2016	2017	2018
Análise de processos com expedição de parecer	4769	3666	431	2834
Atendimentos a órgãos e Entidades do Poder Executivo Municipal	660	498	561	453
Auditorias	02	03	02	03
Certificação de Prestação Contas Almojarifado	06	06	06	06
Certificação de Prestação Contas Bens Patrimoniais	06	06	06	06
Certificação de Prestação Contas Ordenadores de Despesas	06	06	06	06
Capacitação com ou sem parceria com outros Órgãos	01	02	01	01
Diligência TCE/RJ	45	45	56	57
Diligência Ministério Público	01	-	-	01
Edição de Instruções Normativas	04	02	02	02
Monitoramento de cumprimento de determinações TCE-RJ	39	35	48	30
Monitoramento de Plano de Ação do TCE-RJ	05	12	15	15
Ofícios e Memorandos	68	55	48	43
Participação da CGM em cursos e seminários	05	05	06	04
Reunião sobre normas de controle	02	04	03	03
Tomada de Contas	03	02	01	-
Visitas Técnicas a órgãos e entidades municipais	03	03	05	05
Outros				
<b>Total</b>				

Em termos de emissão de opinião, a maioria dos processos precisa ser certificada por força dos marcos regulatórios que disciplinam a questão, que preconiza que os certificados de auditoria e/ou pareceres sejam classificados como regular, regular com ressalva e irregular.

#### 1.4 ATUAÇÃO E GESTÃO POR RESULTADOS

No período de 2015 a 2018 como parte de nosso planejamento estratégico, nossas rotinas passaram a ser introduzidas por meio de Instruções Normativas, sendo possível a elaboração de Plano de Auditoria Anual, *check list* para análise de processos de despesa e liquidação, normas e procedimentos de contabilidade, sendo ferramenta muito importante para a ampliação e aprimoramento das ações de controle.

Apresentaremos um resumo dos nossos principais resultados, relacionados às nossas atividades e estratégias que visaram expandir, integrar, modernizar e consolidar ações de controle interno e auditoria, de modo que a boa e regular execução de tais objetivos e ações possibilitassem o atingimento do resultado que é auxiliar a Gestão Pública no cumprimento de sua missão institucional. Os objetivos e ações são:

- Reduzir o tempo médio de permanência de processos na CGM;
- Intensificar e Aperfeiçoar a avaliação dos controles internos;
- Aperfeiçoar o processo de planejamento anual de auditoria;
- Refinar o papel e função da atividade de Auditoria Interna;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

- Aumentar o grau de implementação de recomendações feitas pela CGM aos órgãos/entidades;
- Exercer assessoria técnica;
- Intensificar as auditorias;
- Ampliar a transparência e fomentar o controle social;
- Aperfeiçoar a transparência, facilitando o acesso da informação para o cidadão;

## **1.5 AUDITORIA OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE-RJ**

O TCE-RJ, no exercício de 2018, realizou Auditorias Operacionais na Prefeitura de Cantagalo, com o objetivo de avaliar o seu sistema de controle interno, relativamente às suas condições de organização e funcionamento bem como sua atuação sobre a execução dos contratos e determinações do TCE-RJ.

- 1) Verificação do funcionamento para otimização dos sistemas informatizados de protocolo, almoxarifado compras e contabilidade;
- 2) Auditoria Liquidação da despesa com aprimoramento dos check list's, com verificação in loco nos Fundos Municipais e Prefeitura, para visualização da utilização dos mesmos;
- 3) Treinamento e aperfeiçoamento da dinâmica da cronologia de pagamentos das despesas;
- 4) Verificação e monitoramento dos planos de ação com enfoque no aumento da arrecadação do IPTU e ITBI;
- 5) Orientação e monitoramento com relação ao aprimoramento e aderência às exigências legais sobre transparência pública no portal no site do município.

Desta forma, temos que as solicitações feitas pelo TCE no Relatório de Inspeção foram integralmente cumpridas, ou seja, as ações contempladas no Plano de Ação para aprimoramento do Controle interno foram devidamente implementadas.

Por derradeiro, a CGM vem investindo no amadurecimento dos seus processos de modo a efetivamente cumprir a sua missão que é fortalecer os controles internos com atividades de auditoria, de forma ética, transparente e sustentável visando ao aperfeiçoamento da gestão pública e ao fomento ao controle social.

## **CAPÍTULO 2**

### **GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2018**

#### **2.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

O art. 165 da Constituição Federal de 1988 indica que o Poder Executivo, por meio de leis de sua iniciativa, estabelecerá os instrumentos de planejamento e controle governamental, são eles:

### **2.1.1 Plano Plurianual - PPA**

O Plano Plurianual – PPA da Prefeitura para o período de 2018-2021 foi instituído pela Lei nº 1.363, de 08 de novembro de 2017, publicada na edição 415 do Jornal “O POPULAR”, em 28 de novembro de 2017 e terá sua programação revista anualmente, possibilitando a incorporação de novas políticas ou realinhamento das existentes, bem como o redimensionamento das metas físicas e financeiras previstas ao longo de sua vigência.

### **2.1.2 Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO**

A Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO deve estabelecer as metas e prioridades da administração pública, de forma a orientar a elaboração do orçamento anual.

- I. A Lei Municipal nº 1.349, de 04 de julho de 2017, estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, compreendendo:
- II. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- III. A organização e a estrutura dos orçamentos;
- IV. As diretrizes específicas para o Poder Legislativo
- V. As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município
- VIII. As disposições relativas à Dívida Pública Municipal
- IX. As disposições finais.

### **2.1.3 Lei Orçamentária Anual — LOA**

O Orçamento Anual (Lei Orçamentária Anual – LOA) visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual – PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Na elaboração do Orçamento Público, as receitas são estimadas e as despesas fixadas, visando estabelecer as prioridades que serão executadas a cada ano de governo.

O Orçamento do Município, para o exercício de 2018, foi aprovado pela Lei Municipal nº 1.362/2017, de 08 de novembro de 2017, que estimou uma receita





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

bruta no valor de R\$ 96.847.460,00 (noventa e seis milhões, oitocentos e quarente e sete mil, quatrocentos e sessenta reais) menos a estimativa das deduções da receita para formação do FUNDEB no montante de R\$ 10.405.460,00 (dez milhões, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais), e das receitas Intra-orçamentária de R\$ 4.100.000,00 perfazendo o valor líquido de R\$ 82.342.000,00 (oitenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil reais), assim fixou a despesa no valor líquido mencionado.

O orçamento aprovado para o exercício de 2018 contempla os Poderes Legislativo e Executivo do Município, neste incluído seus Fundos, Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Direta e Indireta.

### 2.1.3.1 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

De acordo com a Lei Municipal nº 1.362/2017 – LOA 2018, o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social orçamentária anual compreenderá:

**Quadro 2.1**

ORÇAMENTO FISCAL		ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	
RECEITA ESTIMADA	DESPESA FIXADA	RECEITA ESTIMADA	DESPESA FIXADA
96.847.460,00	83.641,000,00	4.100.000,00	4.100.000,00

### 2.1.3.2 Autorização para Contratação de Operações de Créditos

Conforme o Demonstrativo das Operações de Crédito no Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2018, demonstramos que o Município não contraiu operações de crédito no exercício.

## 2.2 METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

A meta bimestral de arrecadação é um importante instrumento de planejamento e controle da execução orçamentária, pois vincula a liberação do orçamento às metas de arrecadação projetadas.

O quadro a seguir demonstra as Metas da Distribuição da Receita Bruta por bimestre:

Quadro 2.2

Em reais

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2018							
Especificação	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.306.500,00</b>	<b>14.306.500,00</b>	<b>14.306.500,00</b>	<b>14.306.500,00</b>	<b>14.306.500,00</b>	<b>14.306.500,00</b>	<b>85.839.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.342.591,67	1.342.591,67	1.342.591,67	1.342.591,67	1.342.591,67	1.342.591,67	8.055.550,02
RECEITA DE COBRIBUIÇÕES	430.000,00	430.000,00	430.000,00	430.000,00	430.000,00	430.000,00	2.580.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	208.176,67	208.176,67	208.176,67	208.176,67	208.176,67	208.176,67	1.249.060,02
RECEITA INDUSTRIAL	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	499,98
RECEITA DE SERVIÇOS	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	1.249,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.353.856,67	11.353.856,67	11.353.856,67	11.353.856,67	11.353.856,67	11.353.856,67	68.123.140,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	288.250,00	288.250,00	288.250,00	288.250,00	288.250,00	288.250,00	1.729.500,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	683.333,33	683.333,33	683.333,33	683.333,33	683.333,33	683.333,33	4.099.999,98
RECEITAS DE CAPITAL	100.500,00	100.500,00	100.500,00	100.500,00	100.500,00	100.500,00	603.000,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	1.000,02
ALIENAÇÃO DE BENS	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	42.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	92.500,00	555.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	4.999,98
DEDUÇÃO DE RECEITA CORRENTE							
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14.407.000,00</b>	<b>14.407.000,00</b>	<b>14.407.000,00</b>	<b>14.407.000,00</b>	<b>14.407.000,00</b>	<b>14.407.000,00</b>	<b>86.442.000,00</b>

Fonte: Anexo 1 LRF

O Quadro abaixo apresenta as Receitas Arrecadadas no exercício de 2018, por bimestre:

RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA - EXERCÍCIO 2018							
Especificação	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.038.860,00</b>	<b>13.714.294,90</b>	<b>17.073.246,20</b>	<b>15.625.593,80</b>	<b>15.384.605,80</b>	<b>18.483.146,60</b>	<b>95.319.747,30</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.026.402,10	1.060.878,00	1.562.151,20	1.270.698,50	1.238.897,40	1.430.935,90	7.589.963,10
RECEITA DE COBRIBUIÇÕES	396.175,30	330.203,90	350.489,30	338.531,00	330.729,90	544.494,80	2.290.624,20
RECEITA PATRIMONIAL	242.912,70	206.019,20	539.342,80	223.863,50	684.557,00	267.166,80	2.163.862,00
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.514.484,30	11.371.954,50	13.834.002,00	12.808.405,50	12.428.697,30	15.288.863,80	78.246.407,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168.932,30	171.437,10	244.621,90	293.460,20	224.263,70	266.990,50	1.369.705,70
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	689.953,30	573.802,20	542.639,00	690.635,10	477.460,50	684.694,80	3.659.184,90



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

RECEITAS DE CAPITAL	59.430,00	250.000,00	44.750,00	26.300,00	-	1.060.163,00	1.440.643,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO							-
ALIENAÇÃO DE BENS	19.500,00		44.750,00	26.300,00		871,00	91.421,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39.930,00	250.000,00				1.059.292,00	1.349.222,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							-
DEDUÇÃO DE RECEITA CORRENTE							-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.098.090,00</b>	<b>13.964.294,90</b>	<b>17.117.996,20</b>	<b>15.651.893,80</b>	<b>15.384.605,80</b>	<b>19.543.309,60</b>	<b>96.760.190,30</b>

Fonte: Anexo 1 LRF

Ao comparar as Metas de Arrecadação Bimestral com as Receitas Arrecadadas no exercício corrente, observa-se que o total das receitas arrecadadas superou o montante apresentado nas metas bimestrais, isso é, houve um acréscimo de R\$10.318.390,20, como se demonstra:

DESCRIÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
RECEITA REALIZADA	15.098.289,90	13.964.294,90	17.117.996,20	15.651.893,80	15.384.605,80	19.543.309,60	96.760.390,20
(-) METAS DE ARRECAÇÃO	14.407.000,00	14.407.000,00	14.407.000,00	14.407.000,00	14.407.000,00	14.407.000,00	86.442.000,00
<b>DIFERENÇA</b>	<b>- 691.289,90</b>	<b>442.705,10</b>	<b>- 2.710.996,20</b>	<b>- 1.244.893,80</b>	<b>- 977.605,80</b>	<b>- 5.136.309,60</b>	<b>- 10.318.390,20</b>

Fonte: Anexo 1 LRF

## 2.3 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

De acordo com o Art. 4º inciso II da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 1.362 para 2018, o Poder Executivo foi autorizado a abrir Créditos Suplementares, com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 5% do total do Orçamento e efetuar Operações de Créditos conforme condições previstas na legislação em vigor.

Descrição	Valor R\$
<b>Total da Despesa Fixada</b>	<b>86.442.000,00</b>
Limite para abertura de Créditos Suplementares: 5%	4.322.100,00

Entretanto, ressaltamos o disposto no item VI do artigo 4º da LOA:

“ Art. 4º - (...)

VI - Os Créditos Adicionais Especiais que porventura venham a ser abertos durante o exercício de 2018, aumentando o valor da despesa fixada, servirão de base de cálculo para apuração do percentual de remanejamento mencionado no item II do artigo 4º desta lei”.

Uma vez que houve uma abertura de Créditos Adicionais Especiais no valor de R\$21.482.190,54 (vinte e um milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e noventa reais e cinquenta e quatro centavos), o limite para abertura de créditos suplementares, de acordo



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**  
**CONTROLADORIA GERAL**

com o item VI do artigo 4º, foi o seguinte:

Descrição	Valor R\$
<b>(A) Despesa Fixada - Lei 1.362/2017- LOA - Valor inicial</b>	<b>86.442.000,00</b>
<b>(B) Créditos Adicionais Especiais que aumentaram a despesa fixada (item VI do art. 4º da LOA)</b>	<b>21.482.190,54</b>
<b>(C) Total da despesa fixada para cálculo do Limite (A + B)</b>	<b>107.924.190,54</b>
Limite para abertura de Créditos Suplementares: 5% de ( C )	<b>5.396.209,53</b>

A execução orçamentária foi acrescida à importância de **R\$42.755.578,26** (quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos), resultante de abertura de créditos Adicionais Suplementares e especiais e, reduzida a importância total de **R\$21.273.387,72** (vinte e um milhões, duzentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos), demonstrando, assim, um total de Créditos no valor de **R\$107.924.190,54** (cento e sete milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e noventa reais e cinquenta e quatro centavos), conforme pode ser observado no Relatório de Movimentação Orçamentária, apensado à presente Prestação de Contas.

### 1.3) - DEMONSTRATIVO FINAL DAS ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO

O Orçamento Anual sofreu algumas alterações através de Créditos Adicionais abertos, com autorização do Poder Legislativo, para atender despesas não previstas no orçamento;

- Com base nas alterações orçamentárias efetuadas nos diversos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo, o Orçamento final do Município de Cantagalo para o Exercício Financeiro de 2018 foi de **R\$107.924.190,54** (cento e sete milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e noventa reais e cinquenta e quatro centavos), representando um acréscimo de 24,85% em relação ao orçamento inicial, que era de 86.442.000,00, conforme demonstrado a seguir:

FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO 2018
<b>DESPESA FIXADA</b>	<b>86.442.000,00</b>
<b>DOTAÇÃO SUPLEMENTAR</b>	<b>42.755.578,26</b>
SUPRAVIT FINANCEIRO	28.694,47
EXCESSO DE ARRECADACAO	840.121,79
ANULACAO DE DOTACAO	21.273.387,72
OPERACOES DE CREDITO	
DESTINACAO ESPECIFICA	
TRANSFERENCIA DA UNIAO – CONVÊNIOS	20.613.374,28
<b>DOTAÇÃO ESPECIAL</b>	
OPERACOES DE CREDITO – ESPECIAL	
<b>ANULAÇÕES/CANCELAMENTOS DE DOTAÇÕES</b>	<b>21.273.387,72</b>
CANCELAMENTO DE DOTACAO	21.273.387,72
<b>TOTAL</b>	<b>107.924.190,54</b>
<b>VARIAÇÃO %</b>	<b>24,85</b>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

Com objetivo de verificar o cumprimento dos limites definidos na Lei Orçamentária Anual quanto à abertura de créditos suplementares, efetuou-se o cálculo do valor máximo permitido para suplementação com recursos provenientes de anulação parcial ou total, na forma a seguir demonstrada:

Em Reais

COMPARATIVO ENTRE OS CRÉDITOS ADICIONAIS POR ANULAÇÕES E O LIMITE LOA 2018	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018
Orçamento Inicial (I)	86.442.000,00
Item VI do Art. 4º da LOA - Créditos Adicionais Especiais que aumentaram a despesa fixada	2.482.190,54
Total da despesas fixada (II)	107.924.190,54
Limite para limite estabelecido na alínea “a”, art. 4º da LOA (5% do total da despesa)	5.396.209,53
Total dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total de dotações (III)	4.562.636,69
Percentual dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total de dotações em relação ao Orçamento Inicial (III/II)	4,228%

Considerando o quadro acima, verifica-se que o total dos créditos suplementares abertos por anulação parcial ou total das dotações atinge o montante de R\$4.562.636,69, que corresponde a 4,23% do orçamento final para o exercício de 2018, estando, portanto, dentro do limite previsto no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual.

## 2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Na Execução Orçamentária da Receita do Município constam Receitas Orçamentárias e a Intraorçamentárias, que se conceituam da seguinte forma:

- Receita Orçamentária - O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação das Receitas Orçamentárias nas categorias econômicas Correntes e de Capital.
- Receita Intraorçamentária - Constituem contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação - 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, incluídas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005. Desta forma, na consolidação das contas públicas, estas despesas e receitas poderão ser identificadas, de modo que se anulem os efeitos das duplas contagens decorrentes de sua inclusão no orçamento.

A execução orçamentária, apresentada pelo Quadro a seguir, foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e intraorçamentária do Governo Municipal, incluindo a Administração Direta, Fundos, Autarquia, durante o exercício financeiro de 2018.

Cabe salientar que utilizamos como método de apuração dos resultados da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

execução orçamentária da receita, apresentados nos demonstrativos deste Capítulo, a Receita Prevista Atualizada e a Receita Arrecadada no exercício de 2018.

Ao comparar os montantes da receita estimada para o exercício de 2018 (R\$ 86.442.000,00) e da receita arrecadada (R\$ 96.760.390,20), pode-se observar que houve um superávit orçamentário de arrecadação de (R\$ 10.318.390,20.)

Os quadros abaixo apresentam o superávit de arrecadação, por Fonte de Recurso e Natureza Orçamentária e Intraorçamentária da Receita:

FONTE DE RECURSO	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)
Recursos do Tesouro	48.947.700,00	51.581.425,49	2.633.725,49
Recursos de Outras Fontes	37.494.300,00	45.178.964,53	7.684.664,53
<b>TOTAL</b>	<b>86.442.000,00</b>	<b>96.760.390,02</b>	<b>10.318.390,02</b>

Fonte: Anexo XIII Lei 4.320/64

Obs.1: Valores já com as deduções da receita

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA E INTRAORÇAMENTÁRIA					
EXERCÍCIO 2018					
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>82.342.000,00</b>	<b>93.101.205,21</b>	<b>10.759.205,21</b>	<b>113%</b>	<b>96%</b>
RECEITAS CORRENTES	81.739.000,00	91.660.562,20	9.921.562,20	112%	95%
RECEITAS DE CAPITAL	603.000,00	1.440.643,01	837.643,01	239%	1%
<b>RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.100.000,00</b>	<b>3.659.184,81</b>	<b>- 440.815,19</b>	<b>89%</b>	<b>4%</b>
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	4.100.000,00	3.659.184,81	- 440.815,19	89%	4%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL					0%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>86.442.000,00</b>	<b>96.760.390,02</b>	<b>10.318.390,02</b>	<b>112%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

Obs.2: Valores considerando as deduções da receita

Do total das Receitas Arrecadadas (R\$ 96.760.390,02), no exercício de 2018, 96% correspondem as receitas orçamentárias (R\$ 93.181.205,21) e 4% as receitas intraorçamentárias (R\$ 3.659.184,81).

O quadro abaixo apresenta o comparativo entre os montantes das receitas arrecadadas dos exercícios de 2017 e 2018:

Observa-se que a arrecadação no exercício de 2018 teve um acréscimo de R\$12.840.459,92 em relação ao exercício anterior. Isso significa que o Município, em relação ao exercício de 2017, aumentou em 15,30% a receita arrecadada, motivado principalmente pelo recebimento de transferência de convenio.

## 2.4.1 Receitas Orçamentárias

A análise, a seguir, evidenciará a movimentação orçamentária da Receita do Município, excluindo-se as intraorçamentárias.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**  
**CONTROLADORIA GERAL**

RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA - EXERCÍCIO 2018							
Especificação	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.038.860,00</b>	<b>13.714.294,90</b>	<b>17.073.246,20</b>	<b>15.625.593,80</b>	<b>15.384.605,80</b>	<b>18.483.146,60</b>	<b>95.319.747,30</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.026.402,10	1.060.878,00	1.562.151,20	1.270.698,50	1.238.897,40	1.430.935,90	7.589.963,10
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	396.175,30	330.203,90	350.489,30	338.531,00	330.729,90	544.494,80	2.290.624,20
RECEITA PATRIMONIAL	242.912,70	206.019,20	539.342,80	223.863,50	684.557,00	267.166,80	2.163.862,00
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.514.484,30	11.371.954,50	13.834.002,00	12.808.405,50	12.428.697,30	15.288.863,80	78.246.407,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168.932,30	171.437,10	244.621,90	293.460,20	224.263,70	266.990,50	1.369.705,70
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	689.953,30	573.802,20	542.639,00	690.635,10	477.460,50	684.694,80	3.659.184,90
RECEITAS DE CAPITAL	59.430,00	250.000,00	44.750,00	26.300,00	-	1.060.163,00	1.440.643,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	19.500,00	-	44.750,00	26.300,00	-	871,00	91.421,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39.930,00	250.000,00	-	-	-	1.059.292,00	1.349.222,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÃO DE RECEITA CORRENTE	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.098.090,00</b>	<b>13.964.294,90</b>	<b>17.117.996,20</b>	<b>15.651.893,80</b>	<b>15.384.605,80</b>	<b>19.543.309,60</b>	<b>96.760.190,30</b>

Fonte: Anexo 1 do RREO 6º Bim/18

A Receita Orçamentária Arrecadada, no exercício de 2018, monta o valor de R\$96.760.190,30, sendo R\$95.319.747,30 de Receitas Correntes e R\$1.440.643,01 de Receitas de Capital.

No comparativo da execução orçamentária da receita por categoria econômica, entre os exercícios de 2017 e 2018, apresentado a seguir, pode-se verificar que, em 2018 houve um Acréscimo da receita arrecadada na ordem de 4,1% em relação ao exercício anterior:

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA- EXERCÍCIO DE 2018				
DESCRIÇÃO	RECEITA EXERCÍCIO 2017	RECEITA EXERCÍCIO 2018	DIFERENÇA (2018 - 2017)	AH%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	76.784.680,10	91.660.562,40	1.213.996,10	1,6%
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.818.858,50	7.589.963,10	191.278,50	3,3%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.983.303,30	2.290.624,20	238.832,10	-8,0%
RECEITA PATRIMONIAL	1.499.407,90	2.163.862,00	145.590,80	9,7%
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64.996.725,10	78.246.407,40	1.957.713,10	2,5%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.486.385,30	1.369.705,70	841.754,20	-61,5%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	3.276.477,30	1.440.643,00	1.902.746,40	132,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	23.750,00	91.421,00	380,00	0,4%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.252.727,30	1.349.222,00	1.902.366,40	141,0%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>80.061.157,40</b>	<b>93.101.205,40</b>	<b>3.116.742,50</b>	<b>3,9%</b>

Fonte: Anexo 1 RREO 6º bim/17 e 6º bim/18

Obs.2: Valores considerando as deduções da receita e exceto intraorçamentárias



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

### 2.4.1.1 Receitas Correntes

Conforme indicado no Quadro XX, o total das Receitas Correntes arrecadadas perfaz o valor de R\$ 91.660.562,40, que correspondem a 94,73% das Receitas Orçamentária arrecadadas no exercício corrente (R\$ 96.760.390,02).

O quadro a seguir apresenta a Receita Corrente arrecadada no exercício de 2018, discriminando-a por fonte de receita e rubrica. Pode-se observar que do montante das receitas correntes arrecadadas, as de maiores representatividade são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, que correspondem a 86,9% e 5,98% destas arrecadações, respectivamente.

Em Reais

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE POR FONTE DE RECEITA E RUBRICA EXERCÍCIO 2018		
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>6.121.443,33</b>	<b>5,98%</b>
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.075.465,72	2,03%
Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.185.539,43	3,11%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	283.299,55	0,28%
Taxas pela Prestação de Serviços	484.534,98	0,47%
Contribuição de Melhoria	92.603,65	0,09%
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>3.286.236,09</b>	<b>3,21%</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>2.163.861,94</b>	<b>2,11%</b>
Receitas Imobiliárias	184.823,99	0,18%
Receitas de Valores Imobiliários	1.356.524,17	1,32%
Receitas de Concessões e Permissões	4.830,99	0,00%
Outras Receitas Patrimoniais	617.682,79	0,60%
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>		
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>		<b>0,00%</b>
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>		<b>0,00%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>88.974.246,63</b>	<b>86,90%</b>
Transferências da União	35.545.235,27	34,72%
Transferências do Estado	42.039.638,71	41,06%
Transferências Multigovernamentais	8.105.100,70	7,92%
Transferências de Convênios	3.284.271,95	3,21%
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.842.613,45</b>	<b>1,80%</b>
Multas e Juros de Mora	228.669,75	0,22%
Indenizações e Restituições	1.214.169,09	1,19%
Receita da Dívida Ativa	320.729,37	0,31%
Receitas Diversas	79.045,24	0,08%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>102.388.401,44</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

O quadro abaixo demonstra o comparativo das Receitas Correntes Arrecadadas nos exercícios de 2017 e 2018.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**  
**CONTROLADORIA GERAL**

Em Reais

COMPARATIVO ENTRE AS RECEITA CORRENTE ARRECADADAS - EXERCÍCIOS 2017 E 2018				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2018	DIFERENÇA (2018-2017)	AH% (2018/2017)
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.818.858,39	6.121.443,33	302.584,94	5%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.983.303,26	3.286.236,09	302.932,83	10%
RECEITA PATRIMONIAL	1.499.407,93	2.163.861,94	664.454,01	44%
RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	74.867.815,09	88.974.246,63	14.106.431,54	19%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.489.979,98	1.842.613,45	352.633,47	24%
<b>TOTAL</b>	<b>86.659.364,65</b>	<b>102.388.401,44</b>	<b>15.729.036,79</b>	<b>18,15%</b>

Fonte: Anexo 10 da Lei 4.320/64

Observa-se que o total das Receitas Correntes arrecadadas no exercício de 2018 teve um acréscimo de R\$ 15.729.036,79, que corresponde a 18,15% em relação ao exercício anterior. Cabe salientar que todas as receitas reagiram e aumentaram no exercício de 2018.

#### 2.4.1.1.1 Receita Tributária

Conforme demonstrado no quadro XX, dentre as receitas correntes arrecadadas no exercício de 2018, a Receita Tributária representa a segunda maior fonte de recursos do Município, com 5,98% desta arrecadação.

Ressalta-se que, no exercício de 2018, o montante das Receitas Tributárias arrecadada foi R\$ 6.121.443,33, sendo que, deste, R\$ 3.185.539,43 referem-se, exclusivamente, a arrecadação de Impostos sobre a Produção e Circulação, que corresponde a 52,04% dessas receitas.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA		
EXERCÍCIO 2018		
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>6.121.443,33</b>	<b>100,00%</b>
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.075.465,72	33,90%
Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.185.539,43	52,04%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	283.299,55	4,63%
Taxas pela Prestação de Serviços	484.534,98	7,92%
Contribuição de Melhoria	92.603,65	1,51%

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

Ao comparar as arrecadações das receitas tributárias dos exercícios de 2018 e 2017, observa-se que, no exercício de 2018, apenas as Taxas pela Prestação de Serviços e Contribuição de Melhoria não sofreram acréscimo em relação ao exercício anterior.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA- EXERCÍCIO DE 2018				
DESCRIÇÃO	RECEITA EXERCÍCIO 2017	RECEITA EXERCÍCIO 2018	DIFERENÇA (2018 - 2017)	AH%
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	5.818.858,39	6.121.443,33	302.584,94	5,2%
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.037.405,00	2.075.465,72	38.060,72	1,9%
Impostos sobre a Produção e a Circulação	2.968.404,84	3.185.539,43	217.134,59	7,3%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	231.031,34	283.299,55	52.268,21	22,6%
Taxas pela Prestação de Serviços	486.607,84	484.534,98	-2.072,86	-0,4%
Contribuição de Melhoria	95.409,37	92.603,65	-2.805,72	-2,9%

Fonte: Anexo X - Lei 4.320/64

#### 2.4.1.1.2 Transferências Correntes

No quadro abaixo, observamos que dentre as receitas correntes arrecadadas no exercício de 2018, as Transferências Correntes representam 86,90% desta arrecadação. Apresentamos, a seguir, a composição dessa receita:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Em Reais

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
EXERCÍCIO 2018		
DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
<b>Transferências da União</b>	<b>35.462.875,68</b>	<b>39,9%</b>
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	15.128.799,45	17,0%
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	14.913.480,11	16,8%
COTA-PARTE DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR	99.875,75	0,11%
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - ICMS DESONERAÇÃO LC Nº 87/96 (100%)	27.468,75	0,0%
AFM- APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	87.974,84	0,1%
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	85.385,89	0,1%
TRANSFERÊNCIA COMPENSAÇÃO FINANC.PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	10.103.774,79	11,4%
COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	380.589,32	0,4%
COTA-PARTE ROYALTIES - EXCEDENTE PRODUÇÃO PETRÓLEO - LEI 9.478/97, ART. 49, I E II	9.493.872,39	10,7%
COTA-PARTE ROYALTIES PELA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL - LEI 9.478/97, ART. 50	442.323,00	0,3%
COTA-PARTE ROYALTIES DO FUNDO ESP. PETRÓLEO - FEP (LEI 9.478/97, ART. 49, II, "E")		0,0%
TRANSFERÊNCIA RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (REPASSE FUNDO A FUNDO)	8.372.101,10	9,4%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO	515.580,00	0,6%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADO - PABA	727.170,00	0,8%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB VARIÁVEL	2.843.397,72	3,2%
TRANSFERENCIA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE	3.736.585,29	4,2%
PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DE ACESSO E DA QUALIDADE	399.368,09	0,4%
OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO	150.000,00	0,2%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	246.378,27	0,3%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE	1.526.436,18	1,7%
DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIÃO		0,0%
<b>TRANSFERENCIAS DO ESTADO</b>	<b>42.039.638,71</b>	<b>47,2%</b>
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO	39.137.502,36	44,0%
COTA PARTE DO ICMS (100%)	36.790.575,59	41,3%
COTA PARTE DO IPVA (100%)	1.321.530,89	1,5%
COTA PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO (100%)	971.511,03	1,1%
COTA PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMINIO ECONÔMICO	53.884,85	0,1%
ICMS VERDE	565.700,27	0,6%
COTA PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI 7.990/89	2.336.436,08	2,6%
TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS - ICMS DESONERAÇÃO	82.359,59	0,1%
<b>TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>8.105.100,70</b>	<b>9,1%</b>
<b>TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS</b>	<b>3.284.271,95</b>	<b>3,7%</b>
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>88.974.246,63</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Anexo 10 - Lei 4.320/64

Ressalta-se que, no exercício de 2018, o montante das Transferências Correntes arrecadada foi R\$ 88.974.246,63, sendo que, R\$ 42.039.638,71 referem-se, exclusivamente, a arrecadação de Transferências do Estado, que corresponde a 47,25% dessas receitas.

#### 2.4.1.2 Receitas de Capital

Ressalta-se que neste subitem do Relatório, foram excluídas as receitas intraorçamentárias.

Conforme demonstrado, o total das Receitas de Capital arrecadadas perfaz o valor de R\$ 1.440.643,01, que correspondeu a 1,49% do total da Receita Orçamentária arrecadadas no exercício corrente (R\$96.760.390,02).

O quadro abaixo apresenta a Receita de Capital arrecadada no exercício corrente, discriminando-a por fonte de receita e rubrica. Neste demonstrativo,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

observa-se que houve um superávit de arrecadação no montante de R\$2.043.643,01, que corresponde a um aumento de 238,9% do previsto para o período.

Em Reais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA DE CAPITAL EXERCÍCIO 2018				
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	AH% (B/A)	% RECEITA ARRECADADA TOTAL
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	1.000,00	-	0,00%	0,00%
Operações de Crédito Internas Contratuais Relativas a Programas de Governo	1.000,00	-	0,00%	0,00%
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	42.000,00	91.421,00	217,67%	6,35%
Alienação de Bens Móveis	42.000,00	91.421,00	217,67%	6,35%
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	560.000,00	1.349.222,01	240,93%	93,65%
Transferências Intergovernamentais	110.000,00	-	0,00%	0,00%
Transferências de Convênios	450.000,00	1.349.222,01	299,83%	93,65%
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	5.000,00	-	-	0,00%
<b>TOTAL RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>603.000,00</b>	<b>1.440.643,01</b>	<b>238,91%</b>	<b>100,00%</b>

## 2.4.2 Receitas Intraorçamentárias

Ao comparar as Receitas Correntes Previstas (R\$ 7.520.000,00) com as Receitas Arrecadadas (R\$ 10.163.390,37), no exercício de 2018, observa-se que se arrecadou 35,16% a maior que o previsto.

As Receitas Intraorçamentárias Correntes atingiram, no exercício de 2018, o montante de R\$ 10.163.390,37, contribuindo com 100% do total da arrecadação das Receitas Intraorçamentárias. Ressalta-se que dentre as receitas a maior representatividade são as Transferências Correntes, com 55% dessas receitas.

O quadro a seguir demonstra a comparação das Receitas Intraorçamentárias nos exercícios de 2017 e 2018.

Em Reais

COMPARATIVO ENTRE AS ARRECADAÇÕES DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIOS 2017 E 2018				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2018	DIFERENÇA (2018-2017)	AH% (2018/2017)
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES	2.267.999,22	2.290.624,13	22.624,91	1%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	941.718,42	1.155.918,60	214.200,18	23%
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	957.324,99	1.216.847,64	259.522,65	27%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.480.000,00	5.500.000,00	3.020.000,00	122%
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS (COMPREV)	-	-	-	-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.858.772,70	3.659.184,81	-199.587,89	-5%
<b>TOTAL RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>10.505.815,33</b>	<b>13.822.575,18</b>	<b>3.316.759,85</b>	<b>167,45%</b>

Observa-se que o total das Receitas Intraorçamentárias arrecadadas no exercício de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

2018 teve um acréscimo de R\$ 3.316.759,85, que corresponde a 31,57% a maior em relação ao exercício anterior. Cabe salientar que a única receita que não aumentou foi a —Receita de Contribuição Patronal.

## 2.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Na Execução Orçamentária da Despesa do Município constam Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias, que se conceituam da seguinte forma:

- Despesas Orçamentárias □ é aquela que depende de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente; e
- Despesas Intraorçamentárias São as operações que resultem de despesas decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, ou outra entidade no âmbito da mesma esfera de governo.

O inciso II do art. 35, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, determina que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, sendo assim, consideramos como despesas executadas no exercício o total das despesas empenhadas.

No exercício de 2018, o Município de Cantagalo executou despesas no montante de R\$ 86.680.034,08, sendo R\$ 83.147.922,38 de Despesas Orçamentárias e R\$ 3.532.111,70 de Despesas Intraorçamentárias, que 7 correspondem, respectivamente, a 95,93% e 4,07% das despesas executadas.

O montante das despesas liquidadas (R\$ 83.721.715,92) e pagas (R\$ 81.579.639,39) correspondem a 96,59% e 94,12% das despesas empenhadas, respectivamente.

O montante de despesas liquidadas em relação à despesa autorizada correspondeu a 77,58% da despesa autorizada. Do total liquidado, 97,45% foram pagos. Os índices obtidos representam um equilíbrio entre as fases da execução da despesa.

A partir de agora, a abordagem para análise da execução da despesa do Município será a exclusão das despesas intraorçamentárias, a fim de evitar duplicidade.

### 2.5.1 Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A despesa é classificada por Poder, Órgãos e Unidades Orçamentárias, de forma a permitir um melhor controle do Erário e de sua distribuição, evidenciando a política econômico-financeira e o programa de governo,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

obedecidos os princípios orçamentários.

### 2.5.3.1 Por Função

O quadro a seguir demonstra a distribuição dos recursos orçamentários do Município por função, no exercício de 2018, levando em consideração a exclusão das Despesas Intraorçamentárias:

DESPESA EXECUTADA POR FUNÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018			
CÓDIGO	FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
1	Legislativa	3.940.352,97	4,55%
4	Administração	7.238.190,77	8,35%
6	Segurança Pública	867.710,48	1,00%
8	Assistência Social	2.240.021,44	2,58%
9	Previdência Social	14.031.779,23	16,19%
10	Saúde	24.108.684,91	27,81%
12	Educação	17.983.499,92	20,75%
13	Cultura	187.098,93	0,22%
15	Urbanismo	7.114.368,81	8,21%
16	Habitação		0,00%
17	Saneamento	3.341.415,46	3,85%
18	Gestão Ambiental	680.795,48	0,79%
19	Ciência e Tecnologia		0,00%
20	Agricultura	1.123.648,88	1,30%
23	Comércio e Serviços	1.189.489,77	1,37%
24	Comunicações	12.171,19	0,01%
26	Transporte	1.740.866,31	2,01%
27	Desporto e Lazer	28.461,80	0,03%
28	Encargos Especiais	851.477,73	0,98%
	<b>TOTAL</b>	<b>86.680.034,08</b>	<b>100,00%</b>

A função Saúde obteve a maior representatividade na execução da despesa com R\$ 24.108.684,91, seguida pela Educação com R\$ 17.983.499,92, correspondendo, respectivamente, a 27,81%, e 20,75% dos gastos.

### 2.5.4 Classificação Econômica

A Lei Federal nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em seu art. 12, estabelece a classificação da despesa orçamentária, distinguindo-a entre Correntes e de Capital.

A Portaria Interministerial nº 163/2001, que trata das normas gerais de consolidação das Contas Públicas Nacionais, também dispõe sobre a classificação da despesa segundo a sua natureza, distinguindo-a por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e Elemento de Despesa, estabelecendo as Modalidades de Aplicação.

Abaixo demonstramos a execução da despesa por categoria econômica e grupo de despesa, segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964, dos efetivamente liquidados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DA DESPESA, POR CATEGORIA ECONOMICA E GRUPO DE DESPESA DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018					
GRUPO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (B)	AH% (B/A)	% DESPESA EXECUTADA	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>82.386.316,17</b>	<b>81.416.913,61</b>	<b>98,82%</b>	<b>97,25%</b>	<b>55.057,70</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.996.766,55	53.996.766,55	100,00%	64,50%	35.916,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.389.549,62	27.420.147,06	96,59%	32,75%	19.141,68
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.293.717,91</b>	<b>2.304.802,31</b>	<b>53,68%</b>	<b>2,75%</b>	<b>294.998,66</b>
INVESTIMENTOS	4.293.717,91	2.304.802,31	53,68%	2,75%	294.998,66
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
<b>TOTAL</b>	<b>86.680.034,08</b>	<b>83.721.715,92</b>	<b>96,59%</b>	<b>100,00%</b>	<b>350.056,36</b>

As Despesas Correntes correspondem a 97,25% do total das despesas orçamentárias executadas no exercício de 2018, sendo que o grupo de despesa que representa o maior percentual de gastos do governo é Pessoal e Encargos com 64,50% das despesas executadas.

As Despesas de Capital correspondem a 2,75% do total das despesas orçamentárias executadas no exercício de 2018.

O quadro a seguir demonstra o comparativo entre as despesas orçamentárias executadas, por tipo de administração, nos exercícios de 2017 e 2018. Observa-se que as Despesas Orçamentárias executadas no exercício de 2018 teve um acréscimo de R\$ 5.540.214,18 em relação ao exercício anterior, com aumento em todos grupos de despesa correntes e capital.

Em Reais

COMPARATIVO DA DESPESA EXECUTADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA (2017 - 2018)				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2018	DIFERENÇA (2018-2017)	AH%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>77.468.019,52</b>	<b>81.416.913,61</b>	<b>3.948.894,09</b>	<b>97,25%</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.305.180,12	53.996.766,55	691.586,43	64,50%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.162.839,40	27.420.147,06	3.257.307,66	32,75%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>713.482,21</b>	<b>2.304.802,30</b>	<b>1.591.320,09</b>	<b>2,75%</b>
INVESTIMENTOS	713.482,21	2.304.802,30	1.591.320,09	1,90%
INVERSÕES FINANCEIRAS				
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA				
<b>TOTAL</b>	<b>78.181.501,73</b>	<b>83.721.715,91</b>	<b>5.540.214,18</b>	<b>100,00%</b>

#### 2.5.4.1 Despesas Correntes

Consideram-se despesas correntes as dotações para manutenção das atividades do governo, que se realizam de forma contínua, de modo a garantir a prestação dos serviços públicos. Não produzem acréscimos ao patrimônio, não contribuindo para a formação ou aquisição de um bem de capital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Nelas se incluem as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis, bem como as dotações para despesas às quais não haja a correspondente contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

O quadro a seguir demonstra a execução da Despesa Corrente por grupo de despesa e modalidade de aplicação, segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei n.º 4.320, de 1964, dos efetivamente liquidados.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA CORRENTE - POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018				
DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA (A)	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (B)	AH% (B/A)	% DESPESA EXECUTADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.996.766,55	53.996.766,55	100,00%	66,32%
Aplicações Diretas	53.996.766,55	53.996.766,55	100,00%	66,32%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
Aplicações Diretas				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.389.549,62	27.420.147,00	96,59%	33,68%
Aplicações Diretas	28.389.549,62	27.420.147,00	96,59%	33,68%
TOTAL	82.386.316,17	81.416.913,55	99%	100%

#### 2.5.4.2 Despesas de Capital

Nesta categoria econômica estão as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

As Despesas de Capital executadas (R\$ 4.293.717,91), 93,13% foram realizadas em Aplicações Diretas de Investimentos - Obras e Instalações (R\$ 3.998.719,25) restando 6,87% a realizar (R\$ 294.998,66).

#### 2.5.5 Despesas Intra-orçamentárias

Considera-se como Despesas Intraorçamentárias as aplicações de recursos decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, incluídas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005.

No exercício de 2018, do total das despesas intraorçamentárias executadas (R\$ 3.532.111,70), 100,00% destas despesas foram liquidados (R\$ 3.958.052,00) e 98,29% foram pagas (R\$ 3.471.998,40).





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## 2.6 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Após as exposições das execuções orçamentárias da Receita e da Despesa, efetua-se a comparação das mesmas, com o fim de analisar a Execução Orçamentária do exercício de 2018, conforme o quadro a seguir.

Em Reais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E INTRAORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO 2018			
CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO/DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO (B)	EXCESSO/INSUFICIÊNCIA (B-A)
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRAORÇAMENTÁRIAS (I)</b>	<b>92.902.278,10</b>	<b>96.760.390,01</b>	<b>3.858.111,91</b>
Receitas Correntes	87.712.545,30	95.319.747,00	7.607.201,70
Receitas de Capital	5.189.732,80	1.440.643,01	-3.749.089,79
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	<b>87.441.640,30</b>	<b>86.680.034,10</b>	<b>-761.606,20</b>
Despesas Correntes	83.147.922,40	82.386.316,20	-761.606,20
Despesas de Capital	4.293.717,90	4.293.717,90	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)</b>			
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE (IV)</b>		<b>12.933.430,80</b>	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL (V)</b>		<b>-2.853.074,89</b>	
<b>SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II) OU (IV-V)</b>		<b>10.080.355,91</b>	

Fonte: Anexo 1 RREO 6º bím.

Após análise da execução orçamentária e intraorçamentária, conclui-se que o Município apresentou um superávit orçamentário no valor de R\$ 10.080.355,91, tendo em sua composição R\$ 12.933.430,80 de superávit corrente e R\$ -2.853.074,89 de déficit de capital.

Ao considerar a previsão da receita e a fixação da despesa para o exercício de 2018, observa-se que houve um superávit na arrecadação no valor de R\$ 3.858.111,91 e uma economia de execução de despesas no valor de R\$ 761.606,20.

Demonstramos abaixo o Resultado da Execução Orçamentária após exclusão das Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO DE 2018			
CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO/DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO (B)	EXCESSO/INSUFICIÊNCIA (B-A)
<b>RECEITAS (I)</b>	<b>99.564.105,32</b>	<b>107.488.229,26</b>	<b>7.924.123,94</b>
Receitas Correntes	97.968.005,32	106.047.586,25	8.079.580,93
Receitas de Capital	1.596.100,00	1.440.643,01	-155.456,99
<b>DESPESAS (II)</b>	<b>107.924.190,54</b>	<b>86.680.034,08</b>	<b>-21.244.156,46</b>
Despesas Correntes	86.772.658,85	82.386.316,17	-4.386.342,68
Despesas de Capital	21.151.531,69	4.293.717,91	-16.857.813,78
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)</b>			
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE (IV)</b>		<b>23.661.270,08</b>	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL (V)</b>		<b>-2.853.074,90</b>	
<b>SUPERÁVIT DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II) OU (IV+V)</b>		<b>20.808.195,18</b>	



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

Ao se excluir as receitas e despesas intraorçamentárias, pode-se observar que houve um superávit na arrecadação no valor de R\$ 7.924.123,94 e uma economia de execução de despesas no valor de R\$ 21.244.156,46. Em relação ao total da execução orçamentária, verifica-se que o resultado foi superavitário, no montante de R\$ 20.808.195,18.

## 2.7 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período, Isto é, trata-se de uma verificação quanto à adequação aos limites orçamentários do Governo, no sentido de averiguar se está havendo uma redução ou elevação do endividamento do setor público.



- **RECEITAS PRIMÁRIAS** (Receitas Não Financeiras) São todas as receitas orçamentárias realizadas, deduzidas das receitas com rendimento de aplicações financeiras, das operações de crédito, das provenientes de alienações de bens e das provenientes das amortizações de empréstimos concedidos; e
- **DESPESAS PRIMÁRIAS** (Despesas Não Financeiras) São todas as despesas orçamentárias executadas, deduzidas das despesas com juros e encargos da dívida, além das amortizações da dívida e das despesas com empréstimos e financiamentos concedidos com retorno garantido.

O art. 16 da Lei Municipal nº 1.362/2017, de 08 de novembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual (LOA 2017) - atualiza Metas Fiscais para 2018 de que tratam o parágrafo I do art.1º e o art. 37º da Lei Municipal nº 1.349/2017, de 04 de julho de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018, na forma dos Demonstrativos da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com o Anexo de Metas Fiscais da LDO/2018 constantes desta Lei.

O quadro a seguir demonstra a apuração do Resultado Primário do exercício de 2018:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez/2018
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>86.551.545,30</b>	<b>93.965.206,80</b>
Receitas Tributárias	8.055.550,00	7.589.963,10
Receita de Contribuição	6.680.000,00	5.949.808,90
Transferências Correntes	69.996.685,30	78.246.407,40
Demais Receitas Correntes	1.731.250,00	1.369.705,70
Receita Patrimonial (bruta)	1.249.060,00	2.163.861,90
(-) Aplicações Financeiras	1.161.000,00	1.354.540,20
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>5.189.732,80</b>	<b>1.440.643,00</b>
Operações de Crédito (III)	1.000,00	-
Amortização de Empréstimos (IV)	-	-
Alienação de Ativos (V)	42.000,00	91.421,00
Transferências de Capital	5.141.732,80	1.349.222,00
Outras Receitas de Capital	5.000,00	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	5.146.732,80	1.349.222,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>91.698.278,10</b>	<b>95.314.428,80</b>

Fonte : Anexo 6 RREO 6º bimestre

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES</b>	<b>86.772.658,90</b>	<b>82.386.316,20</b>	<b>81.416.913,60</b>	<b>969.402,60</b>
Despesas Correntes	86.772.658,90	82.386.316,20	81.416.913,60	969.402,60
(-) Juros e Encargos da Dívida				
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>21.150.531,70</b>	<b>4.293.717,90</b>	<b>2.304.802,30</b>	<b>1.988.915,60</b>
Despesas de Capital	21.150.531,70	4.293.717,90	2.304.802,30	1.988.915,60
(-) Concessão de Empréstimos				
(-) Aquisição Título Capital já Integralizado				
(-) Amortização da Dívida				
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>				
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)</b>	<b>107.923.190,60</b>	<b>86.680.034,10</b>	<b>83.721.715,90</b>	<b>2.958.318,20</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (III=I-II)</b>	<b>-16.224.912,50</b>	<b>8.634.394,70</b>	<b>11.592.712,90</b>	

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO 2018	19.080,00
--	-----------

As despesas primárias correntes empenhadas no exercício de 2018 perfazem o montante de R\$ 86.680.034,10, sendo R\$ 83.721.715,90 referentes às despesas liquidadas e R\$ 2.958.318,20 às despesas inscritas em restos a pagar não processados.

A LDO 2018 projetou a meta do resultado primário para o exercício em R\$ 19.080,00.

O quadro XXX demonstra o Resultado Primário do Município de Cantagalo, no exercício de 2018, considerando tanto o montante das despesas empenhadas quanto das despesas liquidadas, sendo, assim, se compararmos a meta projetada na LDO 2018 com as despesas, teremos o seguinte resultado:

O Município de Cantagalo apresentou em 2018 um “**Resultado Primário**” de R\$ 8.634.394,70, ou seja **superavitário** uma vez que, após a quitação de todas as despesas contraídas no exercício de 2018 ainda temos o resultado da “Dívida Consolidada Líquida” em **(-R\$ 9.876.523,70)**.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

## **2.8 RESTOS A PAGAR**

Segundo o Art. 36 da Lei 4.320/64, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Destarte, a despesa orçamentária empenhada que não for paga até o dia 31 de dezembro, final do exercício financeiro, será considerada como restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro. Uma vez empenhada, a despesa pertence ao exercício financeiro em que o empenho ocorreu, onerando a dotação orçamentária daquele exercício.

Entende-se por restos a pagar processados aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Nessa fase, a despesa processou-se até a liquidação e em termos orçamentários foi considerada realizada, faltando apenas o pagamento.

Já os restos a pagar não processados são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase de liquidação, isto é, o empenho fora emitido, porém, o objeto adquirido ainda não foi entregue e depende de algum fator para sua regular liquidação. Do ponto de vista do sistema orçamentário de escrituração contábil, a despesa não está devidamente processada.

### **2.8.1 Execução dos Restos a Pagar durante o Exercício**

No exercício de 2018, os Restos a Pagar inscritos antes deste período sofreram algumas movimentações, a saber:

#### **2.8.1.1 Por Poder e Tipo de Administração**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

DESCRIÇÃO	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	CANCELADOS	PAGOS	SALDO A PAGAR ANTES DA INSCRIÇÃO DE RP2018
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.373.053,70	0,00	3.265.269,50	107.784,20
<b>EXECUTIVO</b>	3.373.053,70	0,00	3.265.269,50	107.784,20
Adm.Direta	3.373.053,70		3.265.269,50	107.784,20
Autarquia		0,00		0,00
Fundos		0,00		0,00
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Adm.Direta	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.975.195,20	7.741,90	3.617.397,00	350.056,30
<b>EXECUTIVO</b>	3.882.395,50	7.741,90	3.524.597,30	350.056,30
Adm.Direta	3.882.395,50	7.741,90	3.524.597,30	350.056,30
Autarquia				
Fundos				
<b>LEGISLATIVO</b>	92.799,70	0,00	92.799,70	0,00
Adm.Direta	92.799,70	0,00	92.799,70	0,00
<b>TOTAL RESTOS A PAGAR</b>	<b>7.348.248,90</b>	<b>7.741,90</b>	<b>6.882.666,50</b>	<b>457.840,50</b>

Fonte: SIAFE-RIO

Observa-se que o saldo inicial de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2018 é de R\$ 7.348.248,90, sendo R\$ 3.373.053,70 (Processados) e R\$ 3.975.195,20 (Não Processados). Durante o exercício corrente ocorreram algumas movimentações, a saber:

**Restos a Pagar Processados – RPP**

Do montante de R\$ 3.373.053,70 inscritos em RP, o Município pagou R\$ 3.265.269,50, restando saldo a pagar de R\$ 107.784,20. Ressalta-se que, no final do exercício corrente, deve-se considerar, também, o montante de Restos a Pagar Não Processados liquidados e não pagos no valor de R\$ 350.056,30, logo, o saldo final dos Restos a Pagar Processados inscritos antes de 2018 passa a ser de R\$ 457.840,50. Não houve cancelamento de Restos a Pagar Processados no exercício de 2018,

**1) Restos a Pagar Não Processados - RPNP**

Do montante de R\$ 3.975.195,20 inscritos em RPNP, o Município liquidou e pagou R\$ 3.617.397,00 e cancelou R\$ 7.741,90, restando no final do exercício corrente o saldo a pagar de R\$ 350.056,30.

**2.8.1.2 Por Exercício de Inscrição dos Restos a Pagar**

Observa-se que o saldo final de Restos a Pagar, no exercício de 2018, é de R\$ 457.840,50, sendo R\$ 107.784,20 de Restos a Pagar Processados e R\$ 350.056,30 de Restos a Pagar Não Processados, correspondendo, respectivamente, a 46,46% e 23,54% do total.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## 2.9 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO PODER EXECUTIVO

O demonstrativo a seguir visa assegurar a transparência da disponibilidade financeira e verificar a parcela comprometida para inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

DESCRIÇÃO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
DISPONIBILIDADE DE CAIXA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP (I)	12.126.384,90	3.207.047,30	8.919.337,60
RECURSOS VINCULADOS	8.291.055,80	902.270,30	7.388.785,50
RECURSOS NÃO VINCULADOS	3.835.329,10	2.304.777,00	1.530.552,10
INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - RPNP (II)			2.958.318,20
SUPERÁVIT/DÉFICIT (I-II)			8.919.337,60

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do segundo semestre de 2018, const. ante do Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (art. 55, III, "b" da LRF) emissão 26/03/2019

Pode-se observar que o Poder Executivo do Município de Cantagalo, no exercício de 2018, possui disponibilidade de caixa positiva, no montante de R\$ 5.961.019,40, suficiente para cobrir com suas obrigações contraídas.

## 2.10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — RPPS

### 2.10.1 Contextualização

A partir de 1998, o tema da Previdência Social passou a ser o centro das atenções no cenário nacional e isto ocorreu porque o Governo Federal entendeu o quanto é importante a questão da Previdência Social no equilíbrio das contas públicas e na retomada da capacidade de investimento do Estado Brasileiro.

A situação até 1998 era de um sistema assistencialista, misturando Previdência Social com assistência médica e até com financiamento de imobiliário, e, na maioria dos casos, sem alíquotas de contribuição - um dos pilares da Previdência Social.

O comprometimento dos orçamentos dos entes federativos com os custos previdenciários inviabilizava os investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e infraestrutura, uma vez que o déficit previdenciário era coberto com recursos do tesouro.

Diante deste quadro, o Governo Federal propôs um leque de medidas estruturais que devem ser seguidas pelos entes federativos que optarem por ter seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, criando uma série de diplomas legais que procurem dar uma nova feição aos RPPS dos entes federativos.

A Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Portaria MPAS n.º 4.992, de 05 de fevereiro de 1999, estabeleceram as bases sob as quais os RPPS devem ser organizados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Em um segundo momento surgiu a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000), instrumento de responsabilização do administrador público. Esta lei por impor limites de gastos, especialmente com pessoal ativo e inativo, obriga os administradores a repensarem seu quadro de pessoal e regime funcional.

Cabe ressaltar que a LRF criou um novo cenário para os Entes, Poderes e os Regimes próprios de Previdência Social, uma vez que dentre outras obrigações exige que o Anexo de Metas Fiscais contenha a avaliação financeira e atuarial e limites para gastos com pessoal.

Posteriormente à LRF, foram promulgadas as Emendas Constitucionais n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, e n.º 47, de 06 de julho de 2005, a Lei Federal n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, a Portaria MPS n.º 916, de 15 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, que tratam da planificação contábil dos RPPS, e a Portaria MPS n.º 172, de 11 de fevereiro de 2005, a qual dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Destaca-se que, desde 1º novembro de 2001 o Ministério da Previdência Social já emitia o CRP para os entes federativos que atendessem as condições contidas na Portaria MPAS n.º 2.346, de 10 de julho de 2001.

### **Ao Repasse das Contribuições Previdenciárias.**

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos, constatamos um resultado previdenciário deficitário na ordem de **-R\$ 5.709.204,10**.

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receitas Previdenciárias	8.322.575,20
Despesas Previdenciárias	14.030.884,30
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - EXERCÍCIO DE 2018</b>	<b>-5.709.204,10</b>

Conforme demonstrado acima, houve um resultado deficitário no exercício, entretanto providências são tomadas para se adequar o Instituto às Normas da Legislação Federal, conseguindo assim garantir o equilíbrio financeiro, tendo como resultado um superávit previdenciário no Sistema Previdenciário dos Servidores do Município de Cantagalo.

Neste contexto, providências foram tomadas para se adequar o Instituto às Normas da Legislação Federal, conseguindo assim garantir o equilíbrio financeiro, tendo como resultado um superávit previdenciário no Sistema Previdenciário dos Servidores do Município de Cantagalo.

No exercício de 2013, foi criada a Lei Municipal n.º 1.169 de 21 de novembro de 2013, que dispõe autorização do Poder Executivo na incorporação de ativos ao patrimônio do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal e também regulamentado no Decreto n.º 2.738 de 21 de novembro de 2013, a incorporação de parte dos créditos relativos às participações e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

compensações financeiras (royalties) no resultado da exploração de petróleo ou gás natural a que o Município faz jus receber e até o limite definido em cálculo atuarial e em restrito acordo com a legislação federal, visando assegurar recursos para garantir o pagamento de benefícios concedidos aos servidores públicos.

A Autarquia mantém regularizada até a presente data, sua situação diante a Secretaria da Previdência Social, obtendo o Município, a partir de 12/09/06 o seu **C.R.P. – Certificado de Regularidade Previdenciária, anexados ao presente relatório.**

Destaca-se ainda que a Compensação Financeira tem sido tratada com todo o empenho pelo IPAM e essa importante receita, em face de regularidade do Instituto, vem sendo creditada mensalmente, embora não representando o volume de processos de aposentadorias que foram e têm sido homologados por essa Egrégia Corte.

Não existe nenhum processo que não tenha sido encaminhado imediatamente para o **COMPREV**, após o registro competente do TCE/RJ.

### CAPÍTULO 3

## ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AOS ÍNDICES LEGAIS

Neste capítulo procuramos verificar a aplicação dos recursos do Estado em cumprimento aos ditames da Constituição Federal e Estadual, e na legislação infraconstitucional, os quais estabelecem regras que garantem a aplicação mínima de recursos públicos, por exemplo, para as funções saúde e educação, e que também impõe limites para os gastos públicos.

A nossa abordagem foi direcionada para a verificação do alcance dos indicadores, metas, prioridades e aplicação dos recursos, no exercício de 2018, para as áreas de governo que foram priorizadas pela legislação, e a nossa metodologia de trabalho consistiu no controle da conformidade entre os atos normativos legais em confronto com a execução orçamentária.

As informações da execução orçamentária e financeira necessárias para a nossa análise foram obtidas do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, em seus demonstrativos e publicações elaborados pelo Município em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 3.1 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO — FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

O FUNDEB é fundo contábil de natureza financeira. Todos os entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) contribuem destinando parte de seus recursos para sua constituição.

Dispõe o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 53/2006 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão, até o exercício de 2020, parte dos recursos, a que se refere o caput do artigo 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

Cumprе mencionar que a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB estabelece, nos artigos 70 (despesas incluídas) e 71 (despesas excluídas), as ações que devem ou não ser consideradas como despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

### **3.1.1 Composição Financeira**

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil e, desde 2009, é composto das seguintes fontes de receita:

Contribuição de Estados, DF e Municípios	Percentual
- Fundo de Participação dos Estados – FPE - Fundo de Participação dos Municípios – FPM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS - Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios) – ITRm - Recursos relativos à Desoneração de Exportações (LC nº 87/96) - Arrecadação de imposto que a União eventualmente instituir no exercício de sua competência (cotas-partes dos Estados, Distrito Federal e Municípios)	20%,
Receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.	20%
Complementação da União - Com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada Estado ou Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com os recursos dos próprios governos. (o valor médio calculado na forma do Anexo da Lei nº 11.494/2007)	10% do valor total do Fundo

A União complementarará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo da Lei nº 11.494/2007, não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Essa complementação da União está definida em, no mínimo, 10% do valor total do fundo, a partir de 2010, conforme inciso VII, letra —dII, do caput do art. 60 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

### 3.1.2 Destinação e Distribuição de Recursos

A Lei nº 11.494/2007 determina que os recursos do FUNDEB devam ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e de desenvolvimento da educação básica pública, particularmente na valorização do magistério, com aplicação de parcela mínima de 60% do Fundo, calculada sobre o montante anual dos recursos creditados na conta no exercício, destinada à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública com vínculo contratual em caráter permanente ou temporário com o Estado, Distrito Federal ou Município, regido tanto por regime jurídico específico do ente governamental contratante, quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os recursos restantes (de até 40% do total) devem ser direcionados para despesas diversas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), realizadas na educação básica, na forma prevista no artigo 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

Os recursos do FUNDEB são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal. A distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme art. 211 da Constituição Federal. Assim, o estado recebe os recursos do FUNDEB com base no número de alunos do ensino fundamental e médio, enquanto que os municípios recebem com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

### 3.1.3 Base de Cálculo das Contribuições para Formação do FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2018 (b)	% (b/a)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.405.460,00	10.568.065,80	10.727.839,20	101,51%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.790.000,00	2.952.605,80	2.742.087,40	92,87%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	7.128.460,00	7.128.460,00	7.485.202,90	105,00%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	21.965,60	91,52%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	160.000,00	160.000,00	194.302,20	121,44%
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	19.000,00	19.000,00	19.975,00	105,13%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	284.000,00	284.000,00	264.306,10	93,07%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.525.000,00	8.525.000,00	8.118.332,00	95,23%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	8.500.000,00	8.500.000,00	8.105.100,70	95,35%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	25.000,00	25.000,00	13.231,30	52,93%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	- 1.905.460,00	- 2.068.065,80	- 2.622.738,50	126,8%

Em Reais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

No exercício de 2018, a contribuição do Município de Cantagalo para o FUNDEB foi de R\$ 10.727.839,24. Recebeu, a título de transferências multigovernamentais, o valor de R\$ 8.105.100,70, evidenciando uma perda líquida de (R\$ 2.622.738,54), que corresponde a 33,46% do total aplicado pelo Município.

### 3.1.3.1 Comparativo das Contribuições dos exercícios de 2017 e 2018

EXERCÍCIOS DE 2017 E 2018			
CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	RECEITA ARRECADADA 2017	RECEITA ARRECADADA 2018	VARIÇÃO % EXERCÍCIO 2017 E 2018
	(A)	(B)	(B/A)
TOTAL DA RECEITA (I)	9.871.090,00	10.727.839,20	9%
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS DO FUNDEB (II)	7.874.298,99	8.105.100,70	3%
PERDA/GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (III=I-II)	1.996.791,01	2.622.738,50	31%

O total da receita do FUNDEB em 2018, proveniente da contribuição do Município, apresentou um aumento de 9% em relação ao exercício anterior. A variação percentual das Transferências Multigovernamentais, no mesmo período, foi a maior 3%. O efeito líquido foi uma redução da perda nas transferências do FUNDEB da ordem de 6%.

### 3.1.4 Despesas com o FUNDEB

Observa-se também que, em relação aos programas de trabalho, o Município de Cantagalo liquidou despesas com Pessoal e Encargos Sociais da Educação Básica de R\$ 7.381.952,10, que corresponde a 97,2% sobre o total dos recursos empenhados.

De acordo com o artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos deve ser destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O quadro a seguir demonstra o percentual efetivamente aplicado na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, considerando as deduções previstas no artigo 71 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

EmReais

.

:

:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte 10 - FUNDEB)	DESPESA EXECUTADA
13.1-Com Educação Infantil	333.658,30
13.2-Com Ensino Fundamental	7.048.293,80
<b>TOTAL DESPESAS CONSIDERADAS COM REMUNERAÇÕES (I)</b>	<b>7.381.952,10</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB	8.105.100,70
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	13.231,30
<b>RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (II)</b>	<b>8.118.332,00</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO (%) I/II</b>	<b>90,93%</b>

O quadro acima evidencia que 90,93% das despesas executadas, no exercício corrente, referentes aos recursos do FUNDEB, foram destinadas à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, cumprindo, assim, com o disposto no artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

### 3.1.5 Restos a Pagar do FUNDEB

No exercício de 2018, o saldo inicial dos Restos a Pagar do FUNDEB era de R\$ 4.002,38, após as movimentações ocorridas durante o exercício, não houve saldo dos Restos a Pagar com custeio FUNDEB.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - FUNDEB EXERCÍCIO 2018						
Descrição	Saldo em 31/12/2017	Inscritos	Cancelados	Pagos	Bloqueio Judicial	Saldo em 31/12/2018
Restos a Pagar Processados	4.002,38	0,00	0,00	4.002,38	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total de Restos a Pagar</b>	<b>4.002,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.002,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.1.4 Demonstração das Despesas com Recursos FUNDEB

Conforme dispõe o Artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07, o quadro abaixo comprova que o Município de Cantagalo empenhou **96,5%** dos recursos do FUNDEB no exercício de 2018.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB - 2018		
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício de 2018		8.105.100,70
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb de 2018		13.231,30
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício de 2018 (A + B)		8.118.332,00
(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb em 2018	7.837.995,70	
(E) Superávit financeiro do Fundeb no exercício de 2017	28.694,47	
(F) Despesas não consideradas	-	
(G) Déficit financeiro do Fundeb no exercício de 2017	-	
(H) Cancelamentos de restos a pagar de 2018	0,00	
(I) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício de 2018 (D - E - F - G - H)		7.866.690,17
(J) Percentual alcançado (mínimo = 95%) (I/C)		96,5%

### 3.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

O artigo 212, da Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988, estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Considerando a legislação mencionada e as informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do SIGFIS, apresentamos a seguir base de cálculo para apurar o valor mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, bem como o Demonstrativo da Execução da Despesa, por fonte de recursos, com o índice alcançado em função da relação entre o valor mínimo apurado e o total de recursos aplicados:

#### 3.2.1 Apuração do Valor Mínimo a ser Aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

(B)				
Descrição	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)
<b>I - Diretamente arrecadados</b>	<b>6.605.800,00</b>	<b>5.463.911,00</b>	<b>-1.141.889,00</b>	<b>-17%</b>
IPTU	764.600,00	530.659,90	-233.940,10	-31%
ITBI	181.200,00	272.710,80	91.510,80	51%
ISS	4.200.000,00	3.263.092,20	-936.907,80	-22%
IRRF	1.460.000,00	1.397.448,10	-62.551,90	-4%
ITR- Diretamente arrecadado			0,00	
Multas , juros de mora e outros encargos dos impostos			0,00	
Dívida ativa dos impostos			0,00	
Multas, juros de mora e outros encargos da dívida ativa impostos				
<b>II - Receita de transferência da União</b>	<b>15.113.029,10</b>	<b>15.023.308,40</b>	<b>-89.720,70</b>	<b>-1%</b>
FPM	14.763.029,10	14.913.480,10	150.451,00	1%
ITR				
IOF- ouro	0	-	0,00	
ICMS desoneração	350.000,00	109.828,30	-240.171,70	-69%
<b>III - Receita de transferência do Estado</b>	<b>37.957.300,00</b>	<b>39.749.193,60</b>	<b>1.791.893,60</b>	<b>5%</b>
IPVA	1.420.000,00	1.321.530,90	-98.469,10	-7%
ICMS + ICMS ecológico	35.642.300,00	37.356.275,90	1.713.975,90	5%
Cota parte ITR	95.000,00	99.875,80	4.875,80	0,05
IPI-exportação	800.000,00	971.511,00	171.511,00	21%
<b>IV - Outras receitas correntes do município (transferências)</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	
V - Dedução das contas de receitas			0,00	
<b>VI - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências Legais (I+II+III+IV-V)</b>	<b>59.676.129,10</b>	<b>60.236.413,00</b>	<b>560.283,90</b>	<b>1%</b>

Verifica-se que, no exercício de 2018, a receita arrecadada líquida de impostos (R\$ 60.236.413,00) foi maior em R\$ 560.283,90 do que o previsto para o exercício.

Considerando o limite constitucional, o valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício em questão, é de R\$ 15.059.103,25 que representa 25% da receita arrecadada líquida do exercício.

### 3.2.2 Despesa Aplicada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

#### 3.2.2.1 Por Fonte de Recursos

Para efeito de cumprimento do disposto na art. 212 da Constituição Federal, o Município de Cantagalo, considerou como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas incorridas nas fontes de recursos de Impostos e Transferência de Impostos, acrescentando o valor da Perda Líquida da Transferência ao FUNDEB e deduzindo algumas despesas, conforme demonstrativo a seguir:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

DESPESAS COM FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS		
Modalidade de ensino	Subfunção	Valor R\$
	361 - Ensino fundamental	5.401.014,60
	122-Administração	
	306 - Alimentação	
	782 - Transporte rodoviário	
Ensino fundamental	Total ensino fundamental (A)	
	365 - Ensino infantil	1.452.815,20
	122-Administração	
	306 - Alimentação	
	782 - Transporte rodoviário	
Ensino infantil	Total Ensino Infantil (B)	
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 - Educação jovens e adultos (C)	
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 - Educação especial (D)	
Demais subfunções atípicas consideradas na educação básica	(E)	
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções	(F)	496.628,40
(G) Total das despesas com ensino ( A + B + C + D + E + F )		7.350.458,20
(H) Valor repassado ao Fundeb		10.727.839,20
(I) Total das despesas registradas como gasto em educação ( G + H )		16.384.318,10
(J) Dedução do Sigfis/BO		
(K) Dedução de restos a pagar de 2016		
(L) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional ( I - J - K )		17.581.669,00
(M) Receita resultante de impostos		60.236.413,00
(N) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (L/Mx100)		29,19%

Nota-se que o montante aplicado em Educação (R\$ 17.581.669,00) é o somatório das despesas liquidadas no exercício referente às fontes de recursos de Impostos e Transferência de Impostos e a Perda Líquida Transferência ao FUNDEB menos as deduções apresentadas no quadro exposto.

Conclui-se que o Município de Cantagalo aplicou com manutenção e desenvolvimento educacional, no exercício de 2018, o equivalente a 29,19% de suas receitas líquidas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, o montante foi superior ao limite constitucional (25%). Cumprindo, assim, com o disposto no artigo 212, da Constituição Federal do Brasil.

### 3.3 APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)

O disposto no artigo 198 da Constituição Federal e o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguraram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo.

De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 141/2012, o percentual mínimo das receitas de impostos vinculados a ser destinado pelos estados às ações de saúde permanecerá em 12%, a saber:

—Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea —a) do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.¶

### 3.3.1 Apuração do Limite Mínimo a ser Aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências auferidas pelo Município no exercício de 2018, que são utilizadas como base de cálculo para aplicação de recursos na saúde:

(B)				
Descrição	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	DIFERENÇA (B-A)	AH% (B/A)
I - Diretamente arrecadados	6.605.800,00	5.463.911,00	-1.141.889,00	-17%
IPU	764.600,00	530.659,90	-233.940,10	-31%
ITBI	181.200,00	272.710,80	91.510,80	51%
ISS	4.200.000,00	3.263.092,20	-936.907,80	-22%
IRRF	1.460.000,00	1.397.448,10	-62.551,90	-4%
ITR - Diretamente arrecadado			0,00	
Multas , juros de mora e outros encargos dos impostos			0,00	
Dívida ativa dos impostos			0,00	
Multas, juros de mora e outros encargos da dívida ativa impostos				
II - Receita de transferência da União	15.113.029,10	15.023.308,40	-89.720,70	-1%
FPM	14.763.029,10	14.913.480,10	150.451,00	1%
ITR				
IOF- ouro	0	-	0,00	
ICMS desoneração	350.000,00	109.828,30	-240.171,70	-69%
III - Receita de transferência do Estado	37.957.300,00	39.749.193,60	1.791.893,60	5%
IPVA	1.420.000,00	1.321.530,90	-98.469,10	-7%
ICMS + ICMS ecológico	35.642.300,00	37.356.275,90	1.713.975,90	5%
Cota parte ITR	95.000,00	99.875,80	4.875,80	0,05
IPI-exportação	800.000,00	971.511,00	171.511,00	21%
IV - Outras receitas correntes do município (transferências)	0	-	0,00	
V - Dedução das contas de receitas			0,00	
VI - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências Legais (I+II+III+IV-V)	59.676.129,10	60.236.413,00	560.283,90	1%





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
		Até 6º Bim/2017 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	6.857.198,00	5.166.338,60	75,34
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	350.000,00	401.991,70	114,85
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	300.000,00	291.540,70	97,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.236.000,00	2.968.404,90	70,08
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.365.000,00	1.343.872,60	98,45
Imposto Territorial Rural - ITR	0	0	0
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	285.500,00	62.317,90	21,83
Dívida Ativa dos Impostos	250.598,00	74.205,70	29,61
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	70.100,00	24.005,10	34,24
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	54.636.200,00	49.389.901,60	90,4
Cota-Parte FPM	13.421.200,00	12.785.427,60	95,26
Cota-Parte ITR	95.000,00	44.355,20	46,69
Cota-Parte IPVA	1.350.000,00	1.302.235,20	96,46
Cota-Parte ICMS	38.700.000,00	34.397.291,40	88,88
Cota-Parte IPI-Exportação	950.000,00	739.647,90	77,86
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0	0	0
CONSTITUCIONAIS	120.000,00	120.944,30	100,79
Desoneração ICMS (LC 87/96)	120.000,00	120.944,30	100,79
Outras	0	0	0
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>61.493.398,00</b>	<b>54.556.240,20</b>	<b>88,72</b>

Considerando a Receita Líquida de Impostos, após atualização da previsão da receita (R\$ 59.676.129,10) pode-se observar que o montante da receita líquida arrecadada no exercício de 2018 foi de R\$ 60.236.413,00, ocorrendo um superávit de arrecadação no montante de R\$ 560.283,90.

Com base no índice legal de 15% da receita líquida arrecadada, verifica-se que o valor mínimo a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2018 é de R\$ 9.035.461,95.

### 3.3.2 Execução das Despesas na Função de Governo —Saúde

#### 3.3.2.1 Por Fonte de Recursos

O Município de Cantagalo considerou como aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde as despesas incorridas nas fontes de Recursos de Impostos e Transferências de Impostos, deduzidas algumas despesas não enquadradas no conceito exposto pela Lei Complementar nº 141/2012, conforme demonstramos a seguir:

As despesas liquidadas, referentes às fontes de recursos de Impostos e Transferências de Impostos, perfazem o montante de R\$ 23.411.957,20, enquanto que as deduções mencionadas são de R\$ 7.521.964,40.

O Município de Cantagalo aplicou, no exercício de 2018, o equivalente a 26,84% de suas receitas líquidas de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, cumprindo com o percentual mínimo de 15%, conforme estabelecido no art.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

6º da Lei Complementar n.º 141/2012.

### 3.3.2.2 *Por Programa e Por Ações de Governo*

Em relação ao programa de governo, apresentamos, a seguir, as despesas aplicadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), já excluídas as despesas que não devem ser consideradas para fins de apuração do percentual mínimo de aplicação.

#### **Por Programa de Governo**

DESPESAS COM ASPS			
CÓDIGO	SUBFUNÇÃO	VALOR	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
122	Administração Geral	10.583.570,50	45,21%
301	Atenção Básica	5.523.228,40	23,59%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.305.158,30	31,20%
TOTAL DA DESPESA COM ASPS		23.411.957,20	100,00%

Das aplicações realizadas em ASPS, no exercício de 2018, verifica-se que as de maiores representatividades são os Programas —122 – Administração Geral e 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial, que alcançaram, respectivamente, 45,21% e 31,20% do total das despesas executadas.

O Conselho Municipal de Saúde, através do parecer (item 61) do check list, opinou favoravelmente quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90 c/c § 1º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde realizou audiências públicas nos períodos de fevereiro, maio e setembro/2018, em cumprimento ao disposto no § 5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12, conforme comprovado nas atas de audiências anexadas (item 59) do check list.

## 3.4.1 PETRÓLEO

### ROYALTIES

Em Reais

#### 2.8.1) À APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES

A movimentação dos recursos recebidos dos Royalties no exercício pode ser resumida conforme quadro abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

RECEITAS DE ROYALTIES - EXERCÍCIO DE 2018		
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
I – Transferência da União		9.723.185,47
Royalties pelo excedente da produção Participação especial	9.493.872,39	
Fundo especial do petróleo	229.313,08	
II – Transferência do Estado		2.336.436,08
III – Outras compensações financeiras		0
IV – Subtotal		12.059.621,55
V – Aplicações financeiras		11.375,18
VI – Total das receitas ( IV + V )		12.070.996,73

A execução da despesa nas funções de governo no exercício de 2018 suportada com recursos dos Royalties está demonstrada no quadro a seguir, onde se verifica que o maior gasto foi realizado na função **9 – PREVIDÊNCIA SOCIAL**, por força da Lei Municipal nº 1.169 de 21 de novembro de 2013, que dispõe autorização do Poder Executivo na incorporação de ativos ao patrimônio do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal e também regulamentado no Decreto nº 2.738 de 21 de novembro de 2013, a incorporação de parte dos créditos relativos às participações e compensações financeiras (royalties) no resultado da exploração de petróleo ou gás natural a que o Município faz jus receber e até o limite definido em cálculo atuarial e em restrito acordo com a legislação federal, visando assegurar recursos para garantir o pagamento de benefícios concedidos aos servidores públicos. Também foi significativo o gasto realizado na função 17 – Saneamento, que representou 13,81% do valor arrecadado.

DESPESA NA FONTE ROYALTIES POR FUNÇÃO			
CÓDIGO	FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
4	Administração	550.450,34	4,93%
6	Segurança Pública	49.672,83	0,44%
12	Educação	668.799,62	5,99%
13	Cultura	9.530,12	0,09%
15	Urbanismo	1.155.194,81	10,34%
17	Saneamento	1.542.855,26	13,81%
20	Agricultura	247.979,55	2,22%
23	Comércio e Serviços	228.518,55	2,05%
24	Comunicações	12.171,19	0,11%
26	Transporte	447.702,60	4,01%
27	Desporto e Lazer	1.200,00	0,01%
28	Encargos Especiais	695.803,31	6,23%
18	Gestão Ambiental	59.611,69	0,53%
9	Previdência Social	5.500.000,00	49,24%
	TOTAL	11.169.489,87	100,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Verificamos através das informações constantes nos relatórios, que o Município de Cantagalo não aplicou recursos de royalties em pagamento de pessoal e de dívidas não executadas pela Lei Federal 10.195/01.

### **3.8 DESPESA COM PESSOAL**

O caput do art. 169 da Constituição Federal determina que as despesas com pessoal dos entes da federação não poderão exceder aos limites estabelecidos em Lei Complementar. Estes limites estão regulamentados na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Os artigos 18, 19 e 20 da LRF dispõem sobre a definição e limites para apuração de despesas com pessoal, ao passo que os artigos 22 e 23 tratam do controle desses limites, a saber:

➤ **Definição de Despesas com Pessoal**

O art. 18 da LRF conceitua a despesa total com pessoal como sendo o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Ressalta-se o disposto no parágrafo 1º do artigo mencionado que os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra, relativo à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

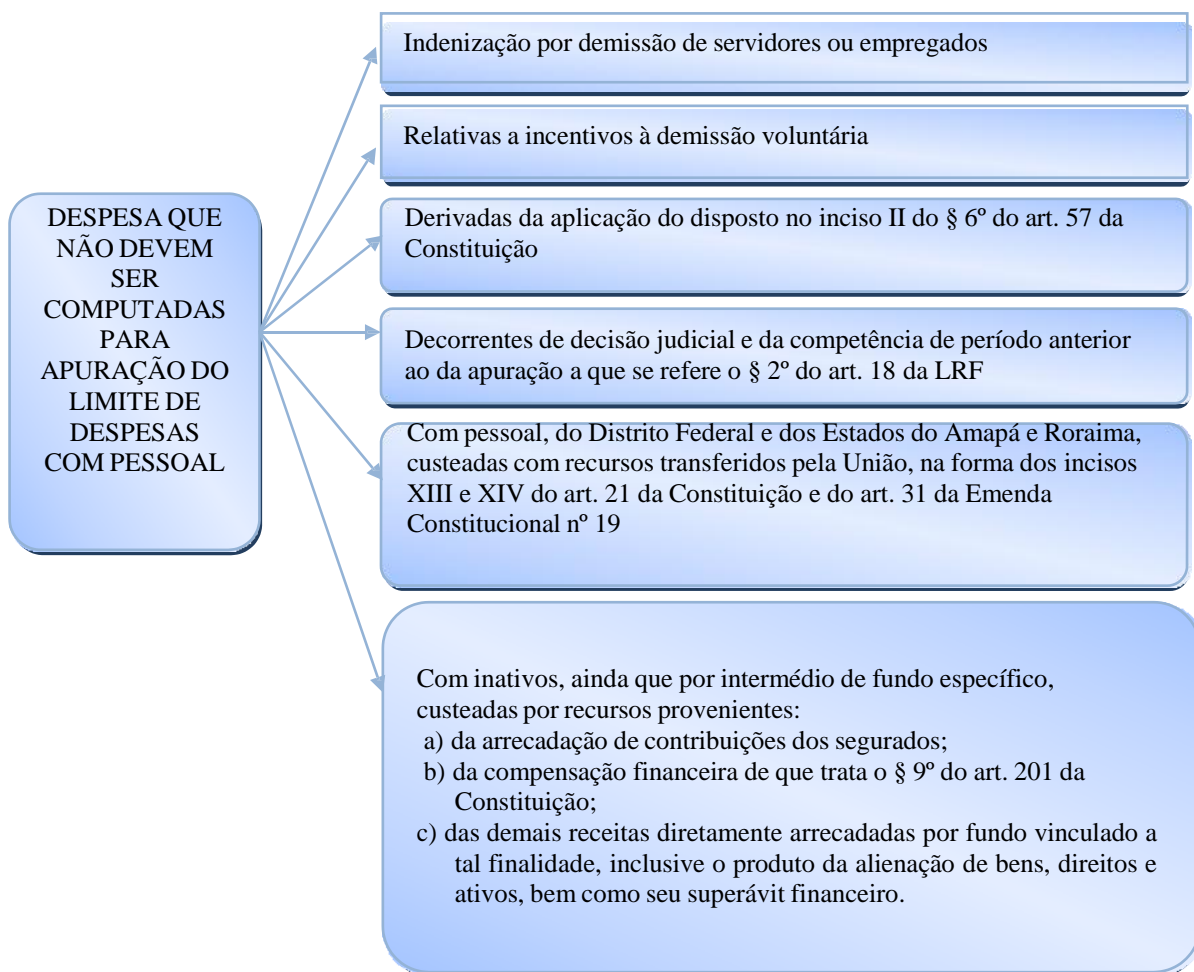
➤ **Limites para apuração de Despesas com Pessoal**

O art. 19 da LRF estabelece os limites de despesa total com pessoal para cada ente da Federação, no caso dos Estados, essa despesa não pode exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

No § 1º deste artigo foram citadas as despesas que não devem ser computadas para apuração do limite de despesas com pessoal:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL



O art. 20 da aludida Lei estabelece que a repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais em relação à esfera Municipal:

- 49% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo;
- 6% (seis por cento) para o Legislativo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

➤ Controle do Limite estabelecido para apuração de Despesas com Pessoal

O art. 22 da LRF estabelece a verificação, ao final de cada quadrimestre, do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20. Em seu Parágrafo Único determina que, se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido, será vedado ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso, o seguinte:

- concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- criação de cargo, emprego ou função;
- alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e
- contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

O art. 23 da LRF estabelece que se a despesa total com pessoal, do poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

- no caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos; e
- a LRF dispõe no art. 23 que é facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. As restrições do § 3º do art. 23 deverão ser aplicadas imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

### 3.8.1 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida do Município apurada, no exercício de 2018, foi de R\$ 88.179.344,48, como se demonstra:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Em Reais

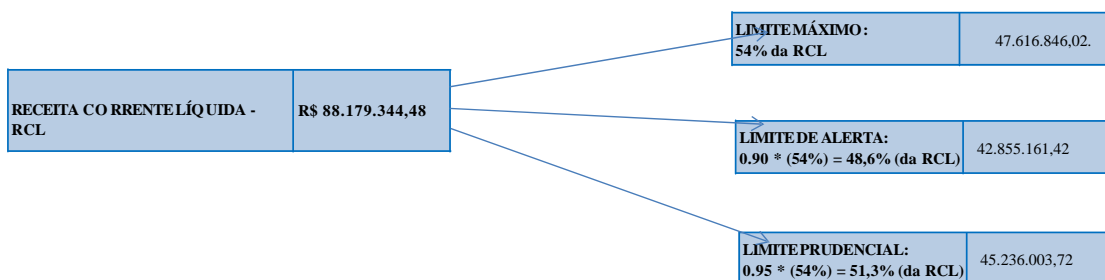
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018	
DESCRIÇÃO	RECEITA REALIZADA
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>102.388.401,50</b>
Receita Tributária	7.589.963,20
Receita de Contribuições	2.290.624,00
Receita Patrimonial	2.163.861,90
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	-
Transferências Correntes	88.974.246,60
Outras Receitas Correntes	1.369.705,80
<b>Deduções ( II )</b>	<b>14.209.056,70</b>
Transferências Constitucionais e Legais	
Contribuição Previ. Assist. Social Servidor (121029)	2.269.795,80
Compensação Financeira entre Regimes Previd. (192210)	1.211.421,70
Dedução Receita para formação do FUNDEB	10.727.839,20
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = ( I - II )</b>	<b>88.179.344,80</b>

Fonte: LRF, art 53, inciso I - Anexo 3

### 3.8.2 Despesas com Pessoal Consolidada

Conforme comentado anteriormente, o limite de despesa com pessoal, no caso dos Municípios, não poderá exceder a 54% da Receita Corrente Líquida – RCL e se a despesa exceder a 95% desse limite deverá sofrer algumas vedações.

Considerando os percentuais mencionados e a Receita Corrente Líquida – RCL do exercício de 2018, o Município de Cantagalo apresenta os seguintes limites de gastos com pessoal:



Apuração das despesas com pessoal considerando todos os Órgãos do Município (excluindo a Câmara), bem como a apuração dos percentuais destes gastos em relação à Receita Corrente Líquida do Município:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

TCE-RJ  
Fls. 1627  
No. Processo: 206503-1/2019

Página 48

Em Reais

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS	TOTAL
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	50.758.129,23	17.635,00	50.775.764,23
Pessoal Ativo	37.238.293,98		37.238.293,98
Pessoal Inativo e Pensionista	13.435.287,59		13.435.287,59
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	84.547,66	17.635,00	102.182,66
<b>Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	7.810.353,80	0,00	7.810.353,80
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	84.270,29	0	84.270,29
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.726.083,51	0	7.726.083,51
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0,00
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(I - II)</b>	42.947.775,43	17.635,00	42.965.410,43
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>			<b>88.179.344,48</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100</b>			<b>48,73%</b>

Fonte: RGF - ANEXO I

No exercício de 2018, o Município aplicou em despesas com pessoal o montante de R\$ 42.965,410,43, ultrapassando em 0,13% o limite de alerta estipulado pelo art. 59 da LRF (R\$ 110.249,01).

O quadro a seguir apresenta um estudo da evolução do gasto com pessoal e da Receita Corrente Líquida de 2013 a 2018, conforme abaixo:

EVOLUÇÃO DO GASTO DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (2012 a 2017)							
PERÍODO	RCL (A)	VARIAÇÃO (%)	DESP. C/ PESSOAL (B)	VARIAÇÃO (%)	% C=B/A	VARIAÇÃO (%)	INFLAÇÃO IPCA
	VALOR R\$		VALOR R\$				
2º SEM. 2013	69.400.587,40	7,54	36.865.342,50	7,37	53,12	-0,16	5,91
2º SEM. 2014	72.333.904,77	4,23	36.015.283,70	-2,31	49,79	-6,27	6,41
2º SEM. 2015	73.063.034,11	1,01	39.399.343,20 *	9,4	53,93	8,3	10,67
2º SEM. 2016	71.513.677,50	-2,12	39.907.006,40 *	1,29	55,8	3,48	6,29
2º SEM. 2017	73.602.293,10	2,92	38.638.724,80	-2,88	52,5	-5,63	2,95
2º SEM. 2018	88.179.344,48	19,81	42.947.775,43	11,16	48,7%	-7,8	3,75
<b>VARIAÇÃO ACUMULADA ATE DEZ/18</b>		<b>33,39</b>	<b>-</b>	<b>24,03</b>	<b>-</b>	<b>-8,08</b>	<b>35,98</b>

A receita corrente líquida, no exercício de 2018, apresentou um incremento de 19,8%, comparativamente ao ano de 2017 e para a despesa líquida total com pessoal a redução foi de 11,16%, para o mesmo período. O efeito líquido da movimentação, no exercício de 2018, foi uma redução de 7,8% no índice de apuração do limite de despesa de pessoal confrontado com o resultado de 2017.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

Segundo o art. 21 da LRF, o percentual máximo a ser aplicado em despesas com pessoal nos Municípios é 54% da RCL, pode-se observar que o Município aplicou, no exercício de 2018, 48,73% da RCL, ainda dentro do limite em relação ao percentual máximo de 54% estipulado pela LRF.

### 3.8.3 À Transferência Financeira para a Câmara Municipal

Observância ao disposto no Artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de Recursos ao Poder Legislativo.

#### LIMITE PREVISTO – BASE DE CÁLCULO - REPASSE RECEBIDO

Em nosso entendimento, temos a seguinte base de cálculo:

1112.02.00 – IPTU	401.991,66
1112.04.00 – IRRF	1.342.835,12
1112.04.32 – IRRF SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	1.037,49
1112.08.00 – ITBI	291.540,73
1113.05.00 – ISS	2.968.404,84
1120.00.00 – TAXAS	717.639,18
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	95.409,37
1230.00.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP	715.304,04
RECEITA DE BENS DE USO ESPECIAL	
1911.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	60.870,56
1913.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	69.781,27
1931.00.00 - DÍVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	208.841,58
<b>SUBTOTAL (A)</b>	<b>6.873.655,84</b>
<b>(B) TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>50.612.994,51</b>
1721.01.02 – FPM	13.940.239,20
1721.01.05 – ITR	44.355,19
1721.01.32 - IOF-OURO	0
1721.36.00 - ICMS Desoneração LC 87/96	120.944,28
1722.01.01 – ICMS (incluído ICMS ecológico)	34.397.291,40
ICMS Ecológico	
1911.99.01.001 Multas e Juros de Mora do ICMS	
1722.01.02 – IPVA	1.302.235,15
1911.99.01.002 Multas e Juros de Mora do IPVA	
1722.01.04 - IPI – Exportação	739.647,86
1722.01.13 – CIDE	68.281,43
<b>SUBTOTAL (B)</b>	<b>50.612.994,51</b>
<b>(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS</b>	
<b>(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS ( A + B - C )</b>	<b>57.486.650,35</b>
<b>(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO</b>	<b>7%</b>
<b>(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2017</b>	<b>4.024.065,52</b>
<b>REPASSE MENSAL (H/12)</b>	<b>335.338,79</b>

Verificamos, de acordo com o quadro a seguir, que o limite de repasse do Executivo para o Legislativo, em função do disposto no artigo 29-A, § 2º, inciso I da Constituição Federal, foi respeitado. conforme demonstrado a seguir:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

LIMITE DE REPASSE PERMITIDO ART. 129-A	REPASSE RECEBIDO (A)	VALOR DEVOLVIDO AO PODER EXECUTIVO (B)	REPASSE APURADO APÓS DEVOLUÇÃO (C) = (A) – (B)
4.024.065,52	4.024.001,16	80.561,50	3.943.439,66

Pelo demonstrado acima, o Município de Cantagalo repassou a menor o valor de R\$ 64,36, entretanto houve devolução no valor de R\$ 80.561,50, dessa forma entendemos que o município respeitou os limites determinados pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

## **CAPÍTULO 4 DÍVIDA PASSIVA**

A Dívida Passiva consiste, em síntese, no conjunto de compromissos financeiros assumidos por um ente público em decorrência de serviços, contratos e fornecimentos, cujos pagamentos não são realizados no ato, ou então, em face de empréstimos contraídos no País ou no exterior para atender às necessidades dos serviços públicos, ou viabilizar a cobertura de déficits orçamentários, ou, ainda, realizar empreendimentos de grande vulto, em que se justifica contratação de um empréstimo ou financiamento de longo prazo.

Para apurar o grau de endividamento do Estado do Município de Cantagalo, procuramos examinar as movimentações e saldos finais das rubricas que compõem sua Dívida Pública, constituída pelas Dívidas Flutuante e Fundada e os saldos referentes às outras obrigações de curto prazo e longo prazo.

### **4.1 DÍVIDA FLUTUANTE**

Entende-se como Dívida Flutuante, aquela que é contraída por um breve ou determinado período de tempo para atender eventuais insuficiências de caixa, restrita à área nacional, e se caracteriza por indicar débitos de curto prazo, que variam constantemente de valor e cujos pagamentos são realizados por resgates e independentemente de autorização legislativa, sendo compromissos assumidos com amortização inferior a doze meses.

De acordo com o artigo 92 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Dívida Flutuante compreende:

- Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- Os serviços da dívida a pagar;
- Os depósitos; e
- Os débitos de tesouraria<sup>1</sup>.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

O quadro, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Flutuante no exercício de 2018:

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE - EXERCÍCIO 2017					
COMPONENTES	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2018	DIFERENÇA (2018-2017)	AH% (2018/2017)	% DÍVIDA FLUTUANTE
RESTOS A PAGAR PORCESSADOS	2.910.244,80	2.142.076,70	- 768.168,10	74%	38%
RESTOS A PAGAR NÃO PORCESSADOS	3.040.068,60	2.958.318,20	- 81.750,40	97%	52%
<b>TOTAL RESTOS A PAGAR</b>	<b>5.950.313,40</b>	<b>5.100.394,90</b>	<b>- 849.918,50</b>	<b>86%</b>	<b>89%</b>
CONSIGNAÇÃO	657.420,30	607.129,90	- 50.290,40	92%	11%
<b>TOTAL CONSIGNAÇÃO</b>	<b>657.420,30</b>	<b>607.129,90</b>	<b>- 50.290,40</b>	<b>92%</b>	<b>11%</b>
RPPS	371.781,20	-	-	-	0%
<b>TOTAL DEPÓSITOS</b>	<b>371.781,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.979.514,90</b>	<b>5.707.524,80</b>	<b>- 900.208,90</b>	<b>82%</b>	<b>100%</b>

No exercício de 2018, o saldo inicial da Dívida Flutuante era de R\$ 6.979.514,90, após movimentações ocorridas no exercício, esse valor passou a ser de R\$ 5.707.524,80, com isso, pode-se verificar um decréscimo de 18% em relação ao exercício anterior.

## 4.2 DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada, também conhecida como Consolidada, é aquela que representa um compromisso de valor previamente determinado, garantida por títulos do governo, que rendem juros e são amortizáveis ou resgatáveis, podendo ou não o seu vencimento ser fixado, ou ainda, aquelas assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de financiamentos, e da realização de operações de crédito, sendo a amortização estipulada em prestações parciais, distribuídas em prazos superiores a doze meses, podendo ser interna quando contraída perante credores situados no País, e externa se situados no exterior.

O município de Cantagalo não tem nenhuma inscrição na Dívida Fundada conforme verificado, tanto no exercício anterior, bem como em todos os semestres de 2017, o limite previsto no inciso II, do artigo 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal de 120º da RCL, foi respeitado pelo Município.

## 4.4 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Resolução n.º 40, de 20 de dezembro de 2001, do Senado Federal, em seu artigo 1º, § 1º, inciso V, conceitua a Dívida Consolidada Líquida como dívida pública, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

A Dívida Consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre estes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

O artigo 3º da Resolução citada estabelece como limite máximo para o montante da dívida consolidada líquida dos Estados o equivalente a duas vezes a receita corrente líquida.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2011, que estabelece Normas de Finanças Públicas voltada para a Responsabilidade na Gestão Fiscal determinou, em seu artigo 55, inciso I, que fará parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, elaborado pelo Poder Executivo e obrigatório a todos os Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Este demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF.

Abaixo demonstramos o comparativo da Dívida Consolidada Líquida entre os exercícios de 2017 e 2018.

2017		2018			
2º SEMESTRE		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE	
RCL - R\$		RCL - R\$		RCL - R\$	
73.602.118,60		78.715.695,20		88.179.344,50	
VALOR - R\$	%	VALOR - R\$	%	VALOR - R\$	%
4.413.472,70	6,00%	-10.820.089,40	-13,75	-9.876.523,80	-11,20

A Dívida Consolidada Líquida do Município, no exercício de 2018 monta o valor de -R\$ 9.876.523,80, não ultrapassando o limite da Receita Corrente Líquida (R\$ 88.179.344,50), autorizado pelo artigo 3º da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal.

## 4.5 RESULTADO NOMINAL

De acordo com o artigo 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Demonstrativo do Resultado Nominal deverá fazer parte do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada exercício.

A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzindo os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Por tanto, podemos dizer que o resultado Nominal representa, em suma, o acréscimo ou redução da dívida fiscal líquida de um ente.

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do exercício corrente e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

A meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO, para o exercício de 2018, foi de R\$ 157.062,60, isso significa, que este é o limite máximo de acréscimo da Dívida Fiscal Líquida previsto para o exercício.

O quadro, a seguir, demonstrará o comparativo da Dívida Fiscal Líquida



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

entre os exercícios de 2017 e 2018, bem como o Resultado Nominal do Exercício de 2018:

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2017 (a)	Em 31/Out/2018 (b)	Em 31/Dez/2018 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	4.413.472,70	9.196.943,00	9.876.523,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.953.599,10	9.304.727,50	12.126.384,80
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	2.540.126,40	107.784,50	2.249.861,10
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.413.472,70	-9.196.943,00	-9.876.523,70
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.413.472,70	-9.196.943,00	-9.876.523,70
Jan/2017 até Dez/2018 (c - a)			
RESULTADO NOMINAL	-5.463.051,00		
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			Valor
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			-85.790,00

A Dívida Fiscal Líquida do Município, no exercício de 2018, perfaz o montante de -R\$ 9.876.523,70 e, em relação ao exercício de 2017, ela sofreu um acréscimo de -123,78%.

O Resultado Nominal apurado -(R\$ 5.463.051,00) excedeu a meta fixada na LDO para o exercício de 2017 em -(R\$ 5.377.261,00), que corresponde a 6.267,3,3% da meta fixada.

#### **4- Avaliação do Cumprimento das Metas previstas no Plano Plurianual, a Execução dos Programas de Governo e do Orçamento**

##### **4.1) METAS FISCAIS**

O Anexo Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, onde estão estabelecidas metas anuais, relativas a receitas, despesas resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (LC 101/00 – Art.4º)

##### **4.1.1)- Metas de Resultado Primário e Resultado Nominal**

Apresentamos a seguir quadro contendo as metas em valores nominais previstas as respectivas execuções verificadas no exercício financeiro de 2017, em atendimento ao inciso I, artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

DESCRIÇÃO	ANEXO DE METAS (valores nominais)	RREO 6º BIM./18
Receitas	86.442.000,00	96.760.390,00
Despesas	86.442.000,00	83.721.715,90
Resultado Primário	19.080,00	8.634.394,70
Resultado Nominal	-85.790,00	-5.463.051,00
Dívida Consolidada Líquida		-9.876.523,80

##### **4.2) CUMPRIMENTO DO PLANO PLURIANUAL**

As metas previstas no PPA 2018/2021 estão sendo realizadas em sua maioria de acordo com o previsto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

No que diz respeito em específico ao exercício de 2018, as ações foram executadas quase totalmente em conformidade com o disposto na LDO. Foram poucas aquelas executadas parcialmente ou não executadas. Naturalmente, a regra foi a execução de acordo com o planejamento, sendo que as execuções parciais ou não execuções, foram apenas algumas exceções, pois é notório que dificilmente a mencionada execução se dá na plenitude em acordo com a previsão da LDO, pois no transcorrer do exercício, para o qual a LDO se refere, na maioria das vezes surgem situações supervenientes que alteram as metas e prioridades dos serviços públicos, o que ocasiona a modificação, ou até o adiamento de alguns projetos para outro exercício financeiro.

Quanto ao cumprimento dos programas de governo e suas ações, estas alcançaram, no exercício que se encerrou em 31-12-2018, a execução orçamentária, com recursos investidos em cada programa de governo visando atingir os indicadores de desempenho propostos.

Verificamos, então, que durante a execução do orçamento para o exercício de 2018, foram acompanhadas as metas constantes do Plano Plurianual elaborado para o Quadriênio 2018/2021, ficando assim cumpridas as metas estabelecidas.

O Executivo Municipal, cumpriu ao disposto no § 4º, do Artigo 9º da LC Federal 101/00, realizando Audiências Públicas nos períodos de fevereiro, maio e setembro/2018.

## CAPÍTULO 5

### DÍVIDA

### ATIVA

Dívida Ativa constitui-se em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores.

O § 2º do artigo 39 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, classifica os créditos em duas categorias: Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária.

*Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.*

*(...)*

*§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.*

A inscrição em Dívida Ativa é ato jurídico que visa legitimar a origem



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

do crédito em favor da Fazenda Pública, revestindo o procedimento dos necessários requisitos jurídicos para as ações de cobrança.

O Estoque da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, com posição em 31/12/2018, foi elaborado em Reais, demonstrados abaixo:

DÍVIDA ATIVA 2018				
CONTA CONTÁBIL	SALDO ANTERIOR R\$	INSCRIÇÕES R\$	BAIXAS R\$	SALDO ATUAL R\$
Créditos a Curto Prazo	2.288.831,00	3.256.283,18	439.042,99	5.106.071,19
Dívida Ativa Tributária	4.938.155,61	1,56	329.826,11	4.608.331,06
Dívida Ativa Não Tributária	16.849.440,24	1.144.952,28	314.753,39	17.679.639,13
<b>SALDO</b>	<b>24.076.426,85</b>	<b>4.401.237,02</b>	<b>1.083.622,49</b>	<b>27.394.041,38</b>

## 5.1 CRÉDITOS A RECEBER

REALIZÁVEL		
	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
TOTAL - REALIZÁVEL:	129.694,92	149.944,31
TOTAL - CRÉDITOS A RECEBER:	129.694,92	149.944,31
TOTAL:	129.694,92	149.944,31

## CAPÍTULO 6

### PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES PARA ATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NAS CONTAS DE 2017

Ao emitir o Relatório e Parecer Prévio Favorável à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Cantagalo referente ao exercício de 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ prolatou 11 (onze) Determinações direcionadas para a administração pública municipal.

Considerando que compete à Controladoria-Geral – CGM, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, apoiar o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ no exercício de sua missão institucional –



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

mandamento previsto na Constituição Federal vigente, em seu artigo 74, inciso IV, esta CGM emitiu instrução através dos memorandos 1, 2, 3, 4, 5, de 13 de março de 2018, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos alcançados pelas Determinações e Recomendações do TCE/RJ, visando o acompanhamento das ações saneadoras adotadas.

Cabe esclarecer, conforme preconiza o Art. 4.º da citada Instrução Normativa que cabe ao responsável pela elaboração da Matriz de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCEI fazer uma avaliação se as mesmas foram implementadas dentro de seu respectivo órgão ou entidade, devendo para isso utilizar-se das categorias estabelecidas na referida norma: implementada, parcialmente implementada, em implementação e não implementada.

Dessa forma, visou a Controladoria-Geral, colher informações sobre as providências dadas pelo Poder Executivo às Determinações prolatadas pelo Tribunal de Contas do Estado, apresentar de forma consolidada e transparente as informações prestadas pela Administração Pública do Poder Executivo que se fazem contidas neste capítulo.

Apresenta-se, a seguir, um resumo das providências adotadas, no exercício de 2018, para o cumprimento das Determinações do TCE/RJ do Exercício de 2017:

TIPO DE SITUAÇÃO	DETERMINAÇÕES IRREGULARIDADES TCE/RJ	DETERMINAÇÕES IMPROPRIEDADES TCE/RJ	RECOMENDAÇÕES TCE/RJ	TOTAL	% EM RELAÇÃO AO TIPO DE SITUAÇÃO
IMPLEMENTADA		1, 3, 4, 5, 6, 7,8,9,10,11	1	11	91,67%
EM IMPLEMENTAÇÃO					
PARCIALMENTE IMPLEMENTADA		2		1	8,33%
NÃO IMPLEMENTADA					
NÃO APLICÁVEL					
NÃO RESPONDIDA PELO ÓRGÃO					
TOTAL				12	100,00%

Anexo ao Relatório, apresentamos o elenco das providências adotadas, contendo as classificações dadas pela CGM, contendo as seguintes situações:





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL**

implementada, parcialmente implementada<sup>1</sup>, em implementação<sup>2</sup>, não implementada e não aplicável.

## **CAPÍTULO 7**

### **CONCLUSÃO**

A Controladoria-Geral, conforme disposto no parágrafo 2.º do artigo 36 da Lei Complementar nº 63, de 1.º de agosto de 1990, elaborou o presente relatório visando cumprir uma das suas tarefas precípua que é o relato das contas do governo, no qual buscamos verificar o cumprimento das metas estabelecidas para as ações governamentais.

Por fim, esperamos ter fornecido elementos para auxiliar na avaliação das Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do exercício de 2018.

**MARILDA GUIMARÃES LIMA**

**Controladora Geral**

Contadora

Mat. N.º 204.302-5

CRC-RJ n.º 082542/0-8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
CONTROLADORIA GERAL

## CERTIFICADO DE AUDITORIA



### A CONTROLADORIA GERAL DO MUNCÍPIO,

**Considerando** a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CRFB/88, no artigo 77 da Lei Federal nº 4.320/64 e no artigo 59 da LRF, pronunciar-se, sobre as Contas de Governo de 2017, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e aqueles referentes às disposições previstas na LRF, que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas pelo Tribunal de Contas;

**Considerando** que as Contas de Gestão do Poder Executivo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2018, constituídas dos respectivos Balanços Gerais do Município e das demonstrações técnicas de natureza contábil, foram elaboradas com observância às disposições legais pertinentes;

**Considerando** o minucioso trabalho da Controladoria-Geral;

**Considerando** o exame a que procedeu o Departamento de Contabilidade;  
Emitir **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Senhor **Joaquim Augusto Carvalho de Paula**.

**Marilda Guimarães Lima**

**Controladora Geral**

Contadora

Mat.204.302-5

CRC-RJ -082542/0-8